



Texto para Discussão 001 | 2017

Discussion Paper 001 | 2017

Conjuntura internacional, falhas nacionais e crescimento econômico.

Falhas de governo, mercado e modelo explicam a queda da renda *per capita* no Brasil (2011-16)

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular do Instituto de Economia da UFRJ

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Conjuntura internacional, falhas nacionais e crescimento econômico.

Falhas de governo, mercado e modelo explicam a queda da renda *per capita* no Brasil (2011-16)

Janeiro, 2017

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular do Instituto de Economia da UFRJ

E-mail: reinaldogoncalves1@gmail.com

Resumo

O principal objetivo desse trabalho é analisar a hipótese que a queda da renda *per capita* brasileira no governo Dilma Rousseff (2011-agosto 2016) é determinada, quase que totalmente, por um conjunto de falhas nacionais, com destaque para as falhas de governo. A evidência é conclusiva já que o efeito falhas nacionais responde por mais de 90% enquanto o efeito conjuntura internacional responde por menos de 10% da diferença entre a taxa de referência (taxa de crescimento de longo prazo) e a taxa efetiva de variação do PIB brasileiro. A principal implicação é que para recolocar a economia brasileira de volta aos trilhos não basta retificar as falhas de governo (política fiscal, monetária, cambial etc.), também é necessário corrigir as falhas de mercado e de modelo.

International conjuncture, national failures and economic growth.

Government, market and model failures explain the fall of per capita income in Brazil (2011-2016)

Abstract

The main objective of this paper is to analyze the hypothesis that the fall of the Brazilian *per capita* income in Dilma Rousseff's government (2011-august 2016) is determined, almost totally, by a set of national failures, especially government failures. The evidence is conclusive insofar as the national failures effect accounts for more than 90% while the international conjuncture effect accounts for less than 10% of the difference between the reference rate (long-term growth rate) and the effective rate of change of the Brazilian GDP. The main implication is that to put the Brazilian economy back on the track it is not enough to rectify government failures (fiscal, monetary and foreign exchange policies, etc.), it is also necessary to correct market failures and model failures.

Introdução

A renda *per capita* brasileira cai aproximadamente 4% no período 2011-16. O principal objetivo desse trabalho é analisar a hipótese de que esse desempenho econômico desastroso no governo Dilma Rousseff (2011-agosto 2016) é determinado, quase que totalmente, pelo conjunto de falhas nacionais, com destaque para as falhas de governo. E, portanto, a conjuntura internacional tem efeito marginal sobre esse desempenho. O objetivo secundário é apresentar um método de decomposição da taxa de variação da renda em dois efeitos: efeito conjuntura econômica internacional desfavorável e efeito falhas nacionais. Esse método é aplicado ao caso brasileiro no período 1980-2016, em geral, e no período 2011-16, em particular.

Há um vício, recorrentemente encontrado em políticos e economistas, que é a autoatribuição de virtudes, no caso de desempenho econômico favorável, e a transferência de responsabilidades para a “roda da fortuna”, no caso de desempenho desfavorável. Mais especificamente, quando o país tem taxas elevadas de crescimento econômico, grupos governistas (com o apoio de analistas associados) costumam afirmar que isso se deve às suas virtudes como governantes e gestores. Por outro lado, quando a taxa de crescimento é baixa, esses mesmos políticos e analistas costumam responsabilizar a roda da fortuna, leia-se, a conjuntura internacional: a “culpa” é do mundo!

Exemplo concreto é o desempenho da renda no Brasil a partir de 2003. Na fase de expansão do ciclo econômico internacional em 2003-07, os governantes brasileiros e seus economistas associados destacavam as virtudes do governo Lula.¹ Inclusive, os mais

¹ Por exemplo, MERCADANTE-OLIVA (2006) e MERCADANTE-OLIVA (2010). Essa última referência, na avaliação de muitos analistas, “beira as raias da pura e simples propaganda” (SAMPAIO JR., 2012, p. 681). Trata-se de uma tese de doutorado aprovada no Instituto de Economia da Unicamp. Os membros da banca foram Mariano Laplane (orientador), Antônio Delfim Neto, Luiz Carlos Bresser Pereira, João Manuel Cardoso de Mello e Ricardo Abramovay. Em 2010 Mercadante era Senador por São Paulo e em 2011 foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Laplane foi escolhido para assumir a presidência do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em junho de 2011. O CGE é uma associação civil supervisionada e financiada pelo MCTI.

ousados argumentaram que a economia brasileira tinha “blindagem de aço” em relação à crise global de 2008 graças ao novo governo.²

No entanto, na fase desfavorável do ciclo internacional, mais especificamente no período que vai do final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-14) e até o seu impedimento (agosto 2016), os governantes e seus simpatizantes atribuíram, em grande medida, o péssimo desempenho da economia brasileira à desfavorável situação econômica internacional.³ A própria presidente Rousseff, na sua defesa no Senado, destacou a conjuntura internacional desfavorável como um determinante - atenuante - dos resultados econômicos desastrosos no seu governo. Ou seja, fugindo à própria responsabilidade, transferia-se a “culpa” do fracasso às disputas políticas internas (traições etc.) e à economia mundial.

A questão central é: em que medida o desempenho econômico (variação do PIB) é explicado pela conjuntura internacional? Ou, complementarmente, em que medida a variação do PIB decorre de falhas nacionais?

Esse texto propõe uma metodologia de decomposição da taxa de variação do PIB em duas variáveis: efeito da conjuntura econômica internacional e efeito das falhas nacionais.

O texto está dividido em cinco seções. A primeira, após essa introdução, abarca a apresentação dos fundamentos conceituais e analíticos. Na segunda seção é apresentada a metodologia. A terceira seção foca na análise empírica no período 1980-2016. A quarta seção aprofunda a análise do desempenho da economia brasileira no governo Dilma (2011-16). A quinta e última seção é uma síntese das principais conclusões.

² Analistas ousavam afirmar que o problema estrutural-secular da economia brasileira (restrição externa) estava equacionado somente dois anos depois da posse de Lula. Veja, por exemplo, TAVARES (2005).

³ Por exemplo, PINTO (2016). Provavelmente, influenciado pelo processo que levou ao impedimento da presidente, esse autor “turbina” esse argumento (que, mais adiante, demonstramos ser equivocado) com a hipótese que a economia mundial está em trajetória de longo prazo denominada “novo normal” ou “estagnação secular”. Essa hipótese é altamente controversa (UNCTAD, 2015, p. 16-18).

1 Fundamentos conceituais e analíticos

As falhas nacionais incluem as falhas de mercado, as falhas de governo e as falhas de modelo. Os dois primeiros conceitos são bem conhecidos na Ciência Econômica (KRUGMAN e WELLS, 2007, p. 281-282; MANKIWI, 2009, p. 11-12; FIANI, 2011, caps. 2 e 3). Falhas de mercado ocorrem quando o sistema de formação de preços e alocação de recursos – via interação entre oferta e demanda – não é eficiente. Dois exemplos bem conhecidos são as externalidades negativas (por exemplo, poluição) e o abuso do poder econômico (mercados de concorrência imperfeita). Reduzida contestabilidade e práticas comerciais restritivas também podem estar associadas a problemas de má gestão e ineficiência técnica e alocativa nas empresas privadas. Quando esses problemas se generalizam há ineficiência sistêmica que implica, inclusive, menor potencial de crescimento da produtividade.

Por outro lado, as falhas de governo resultam da intervenção estatal na economia por meio das ações regulatória, alocativa, distributiva e estabilizadora. No campo regulatório a intervenção estatal, além de criar custos, pode abrir espaço para práticas oportunistas entre agentes públicos e privados como, por exemplo, *rent seeking* (busca de renda) e corrupção. Portanto, há custos de transação sistêmicos que se referem aos custos de elaboração e implementação de contratos em mercados marcados por assimetria de informação e fragilidades institucionais. A atividade alocativa abarca a política de incentivos e subsídios para empresas, setores, regiões etc., bem como a atividade produtiva do Estado (empresas estatais). Nesses casos, o Estado pode gerar o efeito de *crowding out* (exclusão) dos investimentos privados quando atua diretamente na produção e também dá tratamento preferencial, por exemplo, aos “falsos campeões nacionais”. E, ademais, em todas as ações de intervenção do Estado, inclusive a distributiva e a estabilizadora, pode ocorrer má gestão, déficit de governança, corrupção ou incompetência reduzem o bem-estar da sociedade.

As falhas de modelo são mais destacadas na literatura sobre desenvolvimento econômico. Essas falhas referem-se às características estruturais próprias ao modelo de desenvolvimento. Historicamente, as críticas do pensamento Cepalino ao esquema Centro-Periferia destacavam falhas do modelo primário-exportador como determinantes

do atraso, da instabilidade e da desigualdade nas economias periféricas.⁴ As falhas de modelo são bastante conhecidas: estruturas de produção heterogêneas e concentradas; especialização em *commodities*; desemprego estrutural; déficit crônico nas contas externas; papel dominante das empresas estrangeiras; instabilidade específica via deterioração dos termos de troca e receita de exportação. Mais recentemente, alguns autores têm destacado as transformações fragilizantes e desestruturantes do Modelo Liberal Periférico (MLP) adotado no Brasil a partir de 1995 (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, cap. 3).⁵

Na literatura sobre desenvolvimento econômico há um conjunto expressivo de estudos críticos a respeito do modelo de substituição de importações e dos modelos desenvolvimentistas. O Banco Mundial, por exemplo, tem uma longa tradição de defesa de modelos orientados para o mercado (PEET, 2015, p. 101-105).⁶ O chamado Consenso de Washington é um conjunto de estratégias e políticas que são, em grande parte, orientadas para o mercado (WILLIAMSON, 1990).

De fato, o debate permanente sobre causas, características estruturais e consequências de diferentes modelos de crescimento e desenvolvimento é inconclusivo. A literatura aponta para, pelo menos, 60 variáveis que afetam o crescimento econômico (DULLIEN, 2016, p. 9). Parte expressiva da literatura foca nas mudanças estruturais que são necessárias

⁴ Trabalhos pioneiros são: economias primário-exportadoras e pensamento cepalino (PREBISCH, 1949); dependência (SANTOS, 1970); pobreza permanente, *plantations* e enclaves (BECKFORD, 1972); e desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1967).

⁵ O MLP caracteriza-se por desequilíbrios estruturais (GONÇALVES, 2013, cap. 4): (1) estrutura de produção: deslocamento na direção do setor primário, desindustrialização e dessubstituição de importações; (2) padrão de comércio exterior: reprimarização das exportações (especialização regressiva); (3) progresso técnico: dependência tecnológica e aumento do *gap* tecnológico; (4) origem da propriedade (desnacionalização); (5) produtividade e competitividade internacional: ganhos no setor primário e perdas nos setores secundário e terciário; (6) vulnerabilidade externa estrutural: passivo externo crescente; (7) concentração do capital; e (8) dominação financeira.

⁶ Dentre as principais manifestações da “bula liberal” do Banco Mundial, ver os relatórios anuais *World Development Report* de 1983, 1984 e 1987.

para o processo de crescimento econômico com estabilidade e redução da desigualdade e da pobreza (SPENCE, 2008; UNCTAD, 2016).⁷

Esse texto não se propõe a decompor empiricamente as falhas nacionais em falhas de mercado, falhas de governo e falhas de modelo. As falhas de mercado e de modelo são variáveis estruturais e de longo prazo que evoluem gradativamente, embora haja “quebras” que expressam as rupturas de modelo. Os exemplos mais recentes no Brasil são a interrupção do Modelo Desenvolvimentista em 1980 e a inauguração do Modelo Liberal Periférico em 1995 (GONÇALVES, 2013, capítulo 2). Nas perspectivas de curto prazo e médio prazo, os exercícios apresentados supõem, portanto, que as falhas nacionais são, fundamentalmente, falhas de governo. Ademais, governantes podem optar pelo aprofundamento das falhas de mercado e de modelo herdadas ou, então, a ruptura com heranças desastrosas.

Entretanto, nas economias abertas o desempenho de um país (taxa de variação do PIB) também é afetado, em maior ou menor grau, pela conjuntura econômica internacional, ou seja, o fenômeno da interdependência. Vale notar que um dos processos que constituem a globalização econômica na atualidade é o aumento extraordinário da interdependência entre as economias nacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira (BAUMANN e GONÇALVES, 2015, cap. 11).⁸ Naturalmente, o efeito da conjuntura internacional depende da resiliência ou vulnerabilidade externa do país nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira das relações econômicas internacionais. A resiliência é a alta capacidade de resistência; enquanto a vulnerabilidade externa é a baixa capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos.

Portanto, em uma conjuntura desfavorável (por exemplo, crise, recessão, estagnação ou baixo crescimento da economia mundial) é de se esperar a queda da taxa de crescimento

⁷ Cabe destacar a taxa de investimento (acumulação de capital), a educação, demografia, tecnologia, robustez institucional e resiliência externa.

⁸A globalização econômica, na atualidade, caracteriza-se pela ocorrência simultânea de três processos: expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços, ativos intangíveis e capital; acirramento da concorrência internacional; e crescente interdependência entre economias nacionais. Esse fenômeno tem origem no início dos anos 1980s, se acelera a partir de meados dos anos 1990s e sofre “freio de arrumação” com a eclosão da crise financeira global em 2008.

do PIB de determinado país em relação à sua taxa de crescimento em uma conjuntura internacional favorável. Na fase favorável do ciclo econômico internacional a economia mundial pode ser o motor do crescimento econômico de determinado país. Por outro lado, na fase desfavorável a economia mundial pode ser um freio ao crescimento econômico nacional. Ou seja, as locomotivas da economia mundial puxam os vagões do sistema internacional quando estão aceleradas. Entretanto, quando essas locomotivas param ou descarrilham elas jogam os vagões para fora dos trilhos.

Há inúmeros mecanismos de transmissão ou propagação internacional da instabilidade ou dos ciclos econômicos internacionais (GORDON, 1961, cap. 22; HICKMAN, 1974; HICKMAN e SCHLEICHER, 1978, p. 643-648; ROSIER, 1995, p. 22-23). Esses mecanismos podem ser agrupados nas distintas esferas das relações econômicas internacionais: comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira.

Na esfera comercial o mecanismo mais evidente é a relação entre as exportações do país e a renda mundial. O multiplicador com repercussões externas expressa essa interdependência entre agregados macroeconômicos de dois países. Por exemplo, a queda do investimento no país A reduz a renda e as importações desse país; o que causa diminuição das exportações do país B para o país A e, portanto, queda da renda do país B (SALVATORE, 1998, p. 321-322).⁹ Crises econômicas internacionais também podem gerar pressões protecionistas em escala mundial e, inclusive, a chamada guerra comercial (escalada de medidas protecionistas). Ainda na esfera comercial, pode-se argumentar que crises globais tendem a acirrar a concorrência no mercado mundial via guerra cambial (escalada de desvalorizações de taxas de câmbio). As guerras comercial e cambial são instrumentos da saída Mercantilista de crises econômicas. Países com elevados graus de especialização das exportações em *commodities* são mais vulneráveis em relação à instabilidade econômica internacional em função da volatilidade dos termos de troca.

Na esfera produtiva as questões centrais estão associadas às estratégias, condutas e desempenhos das empresas transnacionais ou globais. Países com graus mais elevados de internacionalização da produção (ou, simplesmente, desnacionalização) são mais dependentes em relação aos fluxos de bens, serviços, ativos intangíveis e capital. Na

⁹ O multiplicador depende, no geral, da interação entre as propensões marginais a poupar e a importar dos países A e B; e no particular, do “ponto de partida” (investimento ou exportação).

situação de crise global, os países dependentes sofrem, em maior medida, o impacto da realocação de recursos por parte dessas empresas. O resultado é sentido diretamente no investimento, produção, renda, emprego, finanças públicas, contas externas etc.

Na esfera tecnológica o estímulo ao fortalecimento do sistema nacional de inovações pode decorrer do acirramento da concorrência internacional e da insuficiência de demanda agregada interna e externa. Trata-se da saída Schumpeteriana para crises econômicas profundas e amplas. Por outro lado, a aceleração do progresso técnico, como uma saída para a crise econômica em cada país, pode tornar ainda mais desigual a capacidade tecnológica dos países e, portanto, dificultar a recuperação dos países tecnologicamente atrasados ou menos dinâmicos. Da mesma forma que o poder, a competitividade é relacional, ou seja, não basta que o país aumente sua produtividade; é necessário que esse aumento seja maior que os aumentos dos seus competidores.

Na esfera monetária, durante a fase favorável da economia mundial, há o crescimento extraordinário dos fluxos financeiros internacionais, inclusive, via *carry trade*, ou seja, bancos locais captam recursos em moeda estrangeira a baixas taxas de juro e emprestam em moeda nacional. Por outro lado, na fase desfavorável da economia mundial, com a contração de liquidez internacional, há recomposição de portfólio em escala global e aumento da aversão a risco. Países com elevada vulnerabilidade externa estrutural (decorrente, por exemplo, de elevado passivo externo financeiro e déficit de governança) são mais propensos a sofrer ataques especulativos. Ademais, na esfera monetária, vale repetir que as crises internacionais mais agudas podem gerar guerra cambial, ou seja, pressões para desvalorização de moedas-chaves do sistema monetário internacional. Países com maior poder econômico são mais capazes de resistir às pressões internacionais para a apreciação de suas moedas.

Os países com maior peso econômico têm maior *policy space* para usar ativamente política monetária como instrumento de estabilização macroeconômica nas fases desfavoráveis da economia mundial. Em consequência, mudanças de taxas de juros e liquidez em potências econômicas repercutem em escala global. Mudanças na esfera monetária afetam a esfera financeira, que abarca os fluxos internacionais de capitais, a evolução da percepção de risco e as estratégias de recomposição de portfólio em escala global. Em contrapartida, países com maior vulnerabilidade financeira externa são

diretamente afetados em decorrência do elevado passivo externo, níveis altos de endividamento público e privado, câmbio desalinhado etc.

Portanto, o conhecimento teórico e a história mostram exaustivamente a influência das fases da economia mundial sobre o desempenho das economias nacionais. No caso dos países com maior resiliência ocorre o fenômeno da sincronização das flutuações econômicas em decorrência da interdependência e instabilidade (MACEWAN, 1984; HARDING E PAGAN, 2006). Mudanças de fases da economia internacional implicam distintos efeitos sobre o desempenho econômico nacional, ou seja, na fase de expansão é de se esperar, *ceteris paribus*, maior taxa de crescimento econômico nacional do que na fase de contração ou recessão mundial. Entretanto, independentemente das fases da economia internacional, é razoável supor que determinado país tende a manter sua posição relativa comparativamente ao resto do mundo (mais uma vez, *ceteris paribus*).

Para ilustrar, tomemos o caso de países com significativa resiliência como, por exemplo, Alemanha e França. Os dados da Tabela 1 mostram o percentil (em percentual) referente às taxas de variação do PIB real no painel de 191 países-membros do FMI no período 1980-2016. Os dados são ordenados de forma crescente e, portanto, o percentil X significa que o dado é maior que os primeiros X% dos dados do painel. As posições médias da Alemanha e da França praticamente não se alteram segundo as fases da economia mundial. Esses dois países têm percentil médio de aproximadamente 30%, ou seja, a taxa de variação anual do PIB real é, na média, maior que 30% das taxas dos outros países do painel. A questão relevante é que esse percentil é aproximadamente o mesmo nos anos favoráveis e nos anos desfavoráveis da economia mundial.¹⁰ Conforme mostram os testes paramétricos e não-paramétricos de diferenças de médias, os percentis médios da fase favorável e da fase desfavorável da conjuntura internacional não são estatisticamente diferentes nos casos da Alemanha e da França.

¹⁰ Fase favorável refere-se aos anos em que a economia mundial cresceu a taxas maiores que 3,5% (média aritmética do período 1980-2016). Fase desfavorável refere-se aos anos com taxa menor ou igual a 3,5%.

Tabela 1
Percentil (%) das taxas de variação do PIB real, países selecionados: 1980-2016

	Alemanha	França	Brasil	Argentina
Média	30,1	30,5	40,8	45,3
Desvio padrão	15,7	13,5	24,6	34,3
Coeficiente de variação	52,0	44,3	60,3	75,8
Máximo	76,6	61,6	90,3	95,3
Mínimo	7,4	11,6	2,6	0,5
Max - Min	69,1	50,0	87,6	94,8
Fases da economia mundial				
Favorável	29,6	30,6	47,5	54,6
Desfavorável	30,5	30,3	35,1	37,4
Memo: testes de diferenças de médias (fases da economia mundial)				
Teste <i>t</i> (<i>p</i> -valor)	0,426	0,470	0,063*	0,069*
Mann-Whitney (<i>p</i> -valor)	0,330	0,369	0,058*	0,106

Fonte e notas; Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook*, abril 2016. Disponível: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/index.aspx>.

Dados de 191 países-membros do FMI. Para o cálculo dos percentis as taxas de variação do PIB real são ordenadas de forma crescente. Fase favorável refere-se aos anos em que a economia mundial cresceu a taxas maiores que 3,5% (média simples do período 1980-2016). Fase desfavorável refere-se aos anos com taxa menor ou igual a 3,5%. Estatísticas para testes unicaudais. (*) Estatisticamente significativo ao nível de 10%.

Por outro lado, há países com elevada vulnerabilidade externa que sofrem mais direta e intensamente os efeitos da conjuntura internacional. Tomemos dois exemplos: Brasil e Argentina.¹¹ Na Tabela 1 constata-se que o percentil médio do Brasil é 40,8%, sendo que na fase favorável é 47,5% e na fase desfavorável é 35,1%. No caso da Argentina os coeficientes são 45,3%, 54,6% e 37,4%, respectivamente. Conforme mostram os testes paramétricos e não-paramétricos de diferenças de médias, os percentis médios da fase favorável e da fase desfavorável da conjuntura internacional são estatisticamente diferentes ao nível de significância de 10%.¹² Isso indica que, na fase desfavorável da economia mundial, os desempenhos econômicos desses países pioram significativamente em relação ao resto do mundo. Esse resultado é consequência da elevada vulnerabilidade

¹¹ Em um painel dos 25 países com maior poder potencial (renda, território e população), Brasil e Argentina se caracterizam por elevada vulnerabilidade externa e, portanto, reduzido poder econômico (GONÇALVES. 2016, p. 171).

¹² No caso da Argentina somente o teste paramétrico informa diferença estatisticamente significativa ao nível de 10%. Aplica-se o teste unicaudal já que a hipótese é que o percentil médio de cada país é menor na fase desfavorável que na fase favorável da economia mundial.

externa da Argentina e, principalmente, do Brasil já que em qualquer situação o desempenho argentino é superior ao brasileiro.

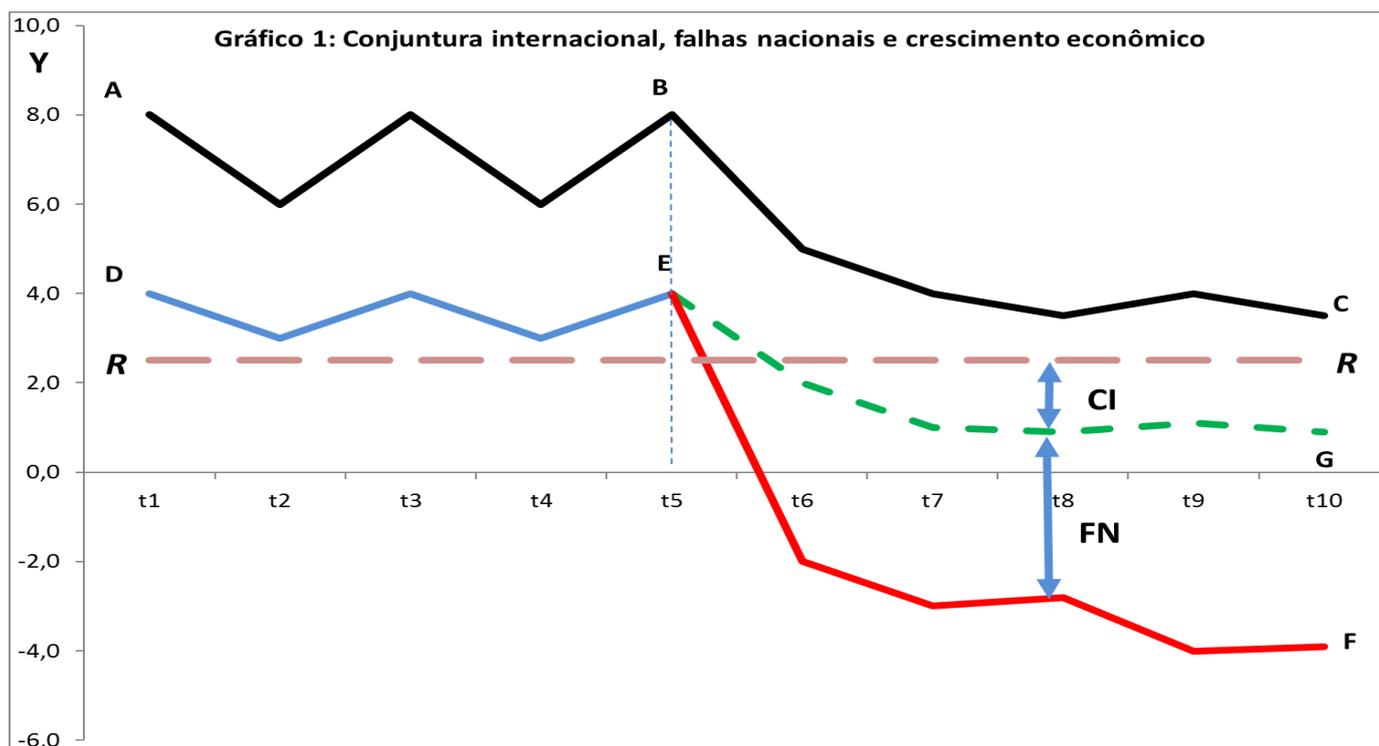
As estatísticas de dispersão apresentadas evidenciam claramente as diferenças entre os casos da Alemanha e França, de um lado, e do Brasil e da Argentina, do outro. Nos casos da Alemanha e França a sincronização de flutuações com a economia mundial não afeta as posições relativas desses países no contexto da crescente interdependência entre sistemas econômicos nacionais. Nos casos do Brasil e da Argentina é evidente o impacto da conjuntura internacional sobre o desempenho relativo. Conjunturas desfavoráveis implicam perdas de posições relativas desses países já que eles têm elevada vulnerabilidade externa, ou seja, baixa capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos.

Entretanto, não há somente falhas estruturais ou de modelo que configuram vulnerabilidade externa nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira das relações econômicas internacionais. Em países que sofrem mais intensamente os efeitos das pressões externas, além das falhas de mercado, também há falhas de governo; ou seja, falhas como má gestão macroeconômica e déficit de governança também são determinantes da instabilidade e do fraco desempenho.

2 Metodologia

2.1 Conjuntura internacional *versus* falhas nacionais

A metodologia proposta é relativamente simples. O Gráfico 1 ilustra o caso de países com falhas nacionais que ampliam o impacto da instabilidade da economia mundial. O eixo vertical mede a variação percentual do PIB real e o eixo horizontal é a variável tempo na fase favorável ($t_1 - t_5$) e na fase desfavorável ($t_6 - t_{10}$) da conjuntura internacional. A linha ABC representa a evolução da taxa de variação do PIB mundial. O ano t_6 é o ponto de inflexão já que o segmento AB corresponde à fase favorável e o segmento BC à fase desfavorável da economia mundial. A curva DEF mostra a evolução da taxa efetiva de variação do PIB do país em análise. O segmento DE corresponde à fase favorável e o segmento EF à fase desfavorável, com ponto de inflexão em t_6 . Portanto, há sincronização de flutuações ou, mais precisamente, o país em questão é afetado (significativamente, segundo o gráfico) pela evolução da conjuntura econômica mundial.



O gráfico mostra também a curva DEG que tem dois segmentos. O primeiro (DE) expressa a **taxa efetiva** de variação percentual do PIB do país em questão na fase favorável da conjuntura internacional. Entretanto, o segundo segmento (EG) mostra a **taxa esperada** de variação percentual do PIB supondo que o país mantém sua posição em relação ao resto do mundo na fase desfavorável da conjuntura internacional. Ou seja,

a redução do crescimento econômico mundial afeta diretamente o crescimento econômico nacional, porém esse mantém sua posição relativa.

Portanto, temos um método para exercício contrafactual que permite comparar o impacto da mudança da conjuntura mundial e das falhas nacionais sobre a variação do PIB nacional. A reversão da conjuntura internacional reduz a taxa de variação do PIB nacional, porém, falhas nacionais também podem afetar negativamente o desempenho econômico. No gráfico, o *efeito da conjuntura internacional (CI)* é medido como a perda (em termos de percentual na variação do PIB) expressa pela diferença entre uma determinada **taxa de referência** (representada pela reta *RR*) e a **taxa esperada** (determinada pela conjuntura internacional desfavorável) de variação do PIB nacional (expressa pelo segmento *EG*).

O *efeito das falhas nacionais (FN)* é medido como a diferença entre a **taxa esperada** (determinada pela conjuntura internacional desfavorável) e a **taxa efetiva** de variação do PIB nacional.

2.2 Fórmula e exemplos

Como visto, a metodologia proposta é relativamente simples e se baseia em exercício contrafactual. Tomando como referência um determinado país,

y_t = taxa efetiva de variação do PIB nacional real no ano t ;

y_{et} = taxa *esperada* de variação do PIB nacional real no ano t ; e

y_{rt} = taxa de *referência* de variação do PIB nacional real no ano t

O *efeito conjuntura internacional* no ano t (CI_t) é a diferença entre a taxa de referência e a taxa esperada de variação do PIB real no ano t ,

$$CI_t = y_{rt} - y_{et} \quad (1)$$

O *efeito falhas nacionais* (FN_t) é a diferença entre a taxa esperada de variação do PIB real no ano t e a taxa efetiva de variação do PIB real no ano t ,

$$FN_t = y_{et} - y_t \quad (2)$$

O marcador para comparação é a diferença (d_t) entre a taxa de referência de variação do PIB real e a taxa efetiva de variação do PIB real no ano t ,

$$d_t = y_{rt} - y_t$$

isto é,

$$d_t = (y_{rt} - y_{et}) + (y_{et} - y_t) \quad (3)$$

Então, substituindo (1) e (2) em (3),

$$d_t = CI_t + FN_t \quad (4)$$

Dividindo os dois lados da equação (4) por d_t temos as participações relativas do efeito conjuntura internacional (exógeno) e do efeito falhas nacionais (endógeno),

$$(CI_t / d_t) + (FN_t / d_t) = 1 \quad (5)$$

Em consequência, multiplicando ambos os termos por 100, temos a decomposição, expressa em percentual, dos efeitos da conjuntura internacional (CI_t) e das falhas nacionais (FN_t)

$$ci_t + fn_t = 100 \quad (6)$$

Para ilustrar, façamos um exercício para um determinado ano t . Suponha que a taxa de referência (y_{rt}) de variação do PIB nacional real do país seja 4%, a taxa esperada de variação do PIB (y_{et}) seja 3% e a taxa efetiva de variação do PIB real (y_t) seja 2%. Nesse exemplo, o efeito da conjuntura internacional é

$$CI_t = y_{rt} - y_{et} = 4\% - 3\% = 1\%$$

e o efeito falhas nacionais é

$$FN_t = y_{et} - y_t = 3\% - 2\% = 1\%$$

portanto,

$$d_t = CI_t + FN_t = 1\% + 1\% = 2\%$$

A participação relativa do efeito conjuntura internacional é 50% e a do efeito falhas nacionais é 50%.

Agora, se taxa efetiva de variação do PIB real (y_t) for 0%, então,

$$CI_t = y_{rt} - y_{et} = 4\% - 3\% = 1\%$$

e

$$FN_t = y_{et} - y_t = 3\% - 0\% = 3\%$$

portanto,

$$d_t = CI_t + FN_t = 1\% + 3\% = 4\%$$

e as participações relativas dos efeitos conjuntura internacional e falhas nacionais são 25% e 75%, respectivamente.

2.3 Taxas e critérios

O método acima requer que algumas questões sejam esclarecidas. A primeira é de natureza conceitual. O estudo faz uso específico das expressões “conjuntura internacional favorável” e “conjuntura internacional desfavorável”. Evita-se o uso de expressões consagradas na literatura sobre ciclos econômicos: “fase ascendente”, “fase descendente”, “flutuação”, “expansão”, “pico”, “contração” e “depressão” (“vale”). Essas expressões são bastante conhecidas e usadas na literatura sobre ciclos econômicos e, inclusive, há referências importantes como, por exemplo, a metodologia do *National Bureau of Economic Analysis* dos Estados Unidos. O NBER identifica ciclos de expansão e retração da economia estadunidense a partir de sequências contínuas de elevação e queda de indicadores de desempenho econômico (HAMBERG, 1951, 31-34; GORDON, 1961, p. 265-270).

As análises de ciclos têm como foco importante a datação de períodos (expansão, pico, contração e depressão). Governos e organizações privadas apresentam indicadores empíricos e desenvolvem análises sobre ciclos que permitem não somente uma visão mais aprofundada sobre o passado como fornece elementos para previsão.¹³ No caso de estudos sobre instabilidade, flutuação e ciclos econômicos brasileiros, vale mencionar os trabalhos de CONTADOR (1977), CHAUVET (2002, p. 76-77), DUARTE, ISSLER e

¹³ Exemplo de organização não-governamental especializada na análise de ciclos econômicos é o ECRI (*Economic Cycle Research Institute*). Ver <https://www.businesscycle.com/ecri-about/staff-achuthan-banerji>.

SPACOV (2004), ELLERY (2005), ARAÚJO, CARPENA e CUNHA (2008), e TOMBOLO e SAMPAIO (2013).

A distinção metodológica é importante já que o critério básico frequentemente usado para identificação de fases do ciclo econômico não é apropriado para os propósitos no nosso trabalho. Esse critério é o componente cíclico medido como a diferença entre o valor original da variável e o componente de tendência informado pelo filtro em cada ano da série temporal.¹⁴ A classificação de período de expansão no ano t é dada pela desigualdade $c_t - c_{t-1} > 0$, sendo c_t o componente cíclico no ano t ; e o sinal invertido informa a fase de contração. Assim, diferenças positivas de componentes cíclicos positivos são fases de expansão, diferenças negativas são fases de contração e anos de inflexão de sequências positivas ou negativas são picos ou depressões. Segundo esse critério, se $c_t - c_{t-1} > 0$, a economia está na fase de expansão em t , independentemente da magnitude da taxa de variação do PIB. Ocorre que a economia pode ter taxas reduzidas de variação do PIB e mesmo assim permanecer acima do valor tendencial do PIB. Então, um ano de baixo crescimento do PIB é considerado como fase de expansão. Ou, pode ocorrer que em determinado ano, com elevada taxa de crescimento do PIB, o critério acima informe fase de contração.¹⁵

Há distintos métodos econométricos e indicadores que permitem diferentes formas de datação de ciclos econômicos. Inclusive, no caso dos Estados Unidos, as decisões estão sob a responsabilidade do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos do NBER. Contrariamente ao que se divulga com frequência, esse Comitê não define datas de inflexão de ciclos (recessão) a partir de quedas sucessivas do PIB em pelo menos dois trimestres.¹⁶

¹⁴ O método frequentemente usado para a extração do componente cíclico é o filtro Hodrick-Prescott (HP) com $\lambda = 100$.

¹⁵ Para ilustrar, no trabalho de TOMBOLO e SAMPAIO (2013, tabela 12, p. 211) sobre o PIB brasileiro, o ano de 2011 é classificado como fase de recessão ainda que a taxa de crescimento econômico tenha sido 3,9%. Por outro lado, 1997 é fase de expansão e a taxa de crescimento econômico é 3,4%. Vale notar que no período 1820-2012 o PIB brasileiro cresceu, segundo as estimativas desses autores, à taxa média anual de 3,7%. No período 1980-2016 essa taxa é 2,4%.

¹⁶ O *Business Cycle Dating Committee* do NBER considera que a recessão “é um declínio significativo na atividade econômica disseminado por toda a economia, durando mais do que alguns meses, normalmente

Como o foco do nosso trabalho é a mensuração do efeito da conjuntura internacional e das falhas nacionais sobre a variação da renda, preferimos usar as expressões “fase favorável” e “fase desfavorável” da economia mundial para caracterizar conjunturas internacionais que estimulam e restringem, respectivamente, a economia brasileira. Ou seja, o que importa não é a datação e classificação de ciclos internacionais e, sim, a magnitude do impacto da economia mundial sobre a economia nacional. Essa perspectiva nos remete, então, à questão: como definir as diferentes fases da economia mundial?

O critério sugerido é claramente *ad hoc*: toma-se a taxa média de crescimento do PIB mundial e se considera como fase favorável qualquer ano em que a taxa de crescimento é maior que a taxa média; e fase desfavorável é o ano em que a taxa de crescimento é menor que a taxa média. A taxa média (simples) de crescimento da economia mundial é 3,5% no período 1980-2016.

A segunda questão consiste em definir o critério empírico para o cálculo da taxa de referência (y_r). A taxa de referência de crescimento econômico nacional é uma taxa de longo prazo que não tem fundamentação técnica única. Há diferentes alternativas: (i) taxa média efetiva de longo prazo; (ii) taxa média nas fases favoráveis da conjuntura internacional; e (iii) taxas médias estimadas segundo algum indicador *ad hoc* como, por exemplo, o multiplicador ou elasticidade-renda (que associa a variação da renda nacional à variação da renda mundial) ou o percentil (posição relativa no conjunto de países) em determinado período.

No estudo empírico sobre a economia brasileira no período 1980-2016, a proposta é calcular a taxa de referência (y_r) como a taxa estimada média de variação do PIB do país com base no conceito de multiplicador ou elasticidade-renda constante de longo prazo. A elasticidade é calculada com a equação de regressão $LN Y_B = a + b LN Y_W$, sendo LN o log natural, Y_B o PIB brasileiro, Y_W o PIB mundial e b a elasticidade-renda. Como discutido adiante, esse multiplicador é 0,75 e considerando que a taxa média de crescimento da economia mundial no período em análise é 3,5%, portanto, y_r é 2,6%.

visível no PIB real, renda real, emprego, produção industrial e vendas no atacado e no varejo”. Ver <http://www.nber.org/cycles.html>.

A terceira questão refere-se às estimativas da taxa *esperada* (y_{et}) de variação do PIB real do país no ano t . Nesse caso, os problemas técnicos são mais significativos. Sugerimos dois procedimentos para a estimativa de y_{et} : (1) multiplicador que mede o impacto direto da variação da renda mundial sobre a renda nacional, ou seja, a elasticidade-renda constante no período 1980-2016; e (2) percentil médio da taxa de crescimento do PIB do país em relação às taxas de variação do PIB dos outros países em todos os anos do período em análise.

Portanto, os exercícios abarcam simulações com as taxas derivadas desses procedimentos.

2.4 Parâmetros e taxas

2.4.1 Multiplicador

O multiplicador (elasticidade-renda constante de longo prazo) é expresso como a equação de regressão estimada

$$\text{LNY}_B = a + b\text{LNY}_W$$

onde b é a elasticidade-renda, Y_B o PIB do Brasil e Y_W o PIB mundial (ambos em valores constantes de 2016), sendo LN o log natural. Para o período 1980-2016 a equação de regressão estimada com log natural é

$$\text{LNY}_B = -0,673 + 0,754\text{LNY}_W$$

sendo as estatísticas t dos coeficientes iguais a -37,6 e 46,39, respectivamente; $R^2 = 0,984$; e $DW = 0,680$. Portanto, a elasticidade-renda (multiplicador) é 0,75 e a taxa esperada de variação do PIB brasileiro no ano t (y_{et}) é calculada como $y_{et} = 0,75y_{wt}$. Vale mencionar que os testes estatísticos mostram inequivocamente que ambas as séries são estacionárias. Os resultados dos testes de estacionariedade estão no Anexo 1.

2.4.2 Percentil

O uso do percentil para o cálculo da taxa esperada de variação do PIB do Brasil (y_{et}) baseia-se na ideia de que, nas fases desfavoráveis da economia mundial, o país mantém a posição relativa média (informada pelo percentil) observada em todo o período em

análise. Em um conjunto de dados ordenados de forma crescente, o percentil de X de um determinado dado significa que esse dado é maior que os primeiros X% dos dados desse conjunto.¹⁷

O conjunto de dados (taxas de variação do PIB) é composto por países-membros do FMI para o período 1980-2016.¹⁸ Ocorre que o painel varia de 140 países em 1980 a 190 países em 2016 e, portanto, não faz sentido usar a ordem como indicador de posição relativa. O percentil é invariável em relação ao tamanho da amostra.

No período 1980-2016 a média dos percentis do Brasil é 40,8%, a média dos percentis nos anos de conjuntura mundial favorável é 47,5% e nos anos de conjuntura internacional desfavorável é 35,1%. Como visto na Tabela 1, o teste *t* (amostras independentes, variâncias desiguais e teste unicaudal) informa que a hipótese nula (igualdade das médias nas fases favorável e desfavorável) é rejeitada ao nível de 10% (*p*-valor = 0,063). O mesmo ocorre com o teste não-paramétrico de Mann-Whitney (*p*-valor = 0,058).

Então, taxa esperada de variação do PIB brasileiro no ano *t* (y_{et}) é a taxa que corresponde ao percentil 40,8% do conjunto de taxas dos países-membros do FMI (taxas ordenadas em ordem crescente) nesse ano.

¹⁷ A fórmula do percentil (*p*) é: $p = (Z - 1) / (n - 1)$, sendo *Z* a ordem (ordenação crescente) do dado no conjunto de *n* dados.

¹⁸ Como já mencionado, a fonte de dados é o Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook*, abril 2016). Dados para 2016 são estimativas do FMI. Ver <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/index.htm>.

3 Evidência empírica

Essa seção trata da análise empírica dos impactos da conjuntura internacional e das falhas nacionais sobre a taxa de variação do PIB do Brasil no período 1980-2016. Seguindo a metodologia acima, o Anexo 2 mostra as taxas efetivas de variação percentual do PIB do Brasil (y_b) e do mundo (y_w), bem como as taxas esperadas de variação do PIB brasileiro segundo os critérios do multiplicador (y_{bem}) e do percentil (y_{bep}). A posição relativa (percentil) do Brasil também é apresentada. As últimas duas colunas mostram a diferença entre a taxa efetiva e as distintas taxas esperadas. Os dados são para todos os anos do período em análise.

Antes de procedermos à análise empírica sobre os impactos da economia mundial sobre a economia brasileira cabe destacar alguns fatos relevantes. A evidência está na Tabela 2 que apresenta a média das variáveis e o coeficiente de variação que mede a dispersão (desvio padrão / média). Alguns fatos merecem especial atenção.

Tabela 2
Taxas de variação percentual do PIB real, Brasil e mundo em subperíodos, 1980-2016

	PIB Brasil, taxa var. % (y_b)	PIB Mundo, taxa var. % (y_w)	$y_b - y_w$	PIB Brasil, taxa var. % esperada, multiplicado r 0,75 (y_{bem})	PIB Brasil, taxa var. % esperada, percentil 40,8 (y_{bep})	Percentil da taxa var. % PIB do Brasil em relação ao mundo	$y_b - y_{bem}$	$y_b - y_{bep}$
1980-1994								
Média	2,4	3,0	-0,6	2,3	2,3	46,8	0,1	0,1
CV	1,8	0,4	-6,6	0,4	0,3	0,6	37,5	38,7
1995-2016								
Média	2,4	3,7	-1,3	2,8	3,1	36,7	-0,4	-0,7
CV	1,2	0,3	-1,8	0,3	0,4	0,6	-6,5	-3,7
1980-2016								
Média	2,4	3,5	-1,0	2,6	2,8	40,8	-0,2	-0,4
CV	1,5	0,4	-3,1	0,4	0,4	0,6	-18,5	-9,1

Fonte e notas: ver Tabela 1.

- 1) Economia mundial apresenta maior taxa média de crescimento econômico na era da globalização pós 1995 (3,7%) que no período 1980-94 (3,0%);
- 2) No período 1995-2016 (era da globalização) o impacto direto da economia mundial sobre a economia brasileira foi mais positivo do que no período 1980-94 já que taxa média esperada de crescimento econômico do país aumenta, segundo o critério do multiplicador, de 2,3% em 1980-94 para 2,8% em 1995-2016 e, segundo o critério do percentil, de 2,3% para 3,1%, respectivamente;
- 3) Estabilidade da taxa efetiva média de crescimento econômico brasileiro (2,4%) nos dois períodos (1980-94 e 1995-2016) – o período 1980-94 é de instabilidade, crise e transição, e em 1995 inaugura-se o Modelo Liberal Periférico (GONÇALVES, 2013, capítulo 2), ou seja, a economia brasileira não se beneficiou da fase mais favorável da economia mundial na era da globalização;
- 4) Retrocesso da economia brasileira de 1,0% anualmente em relação ao resto do mundo no período 1980-2016 já que as taxas efetivas médias de crescimento anual da economia brasileira e da economia mundial são 2,4% e 3,5%, respectivamente;
- 5) Retrocesso da economia brasileira em relação ao resto do mundo aumenta na era da globalização (1995-2016) comparativamente ao período 1980-94 já que os diferenciais entre as taxas médias de crescimento da economia brasileira e da economia mundial nesses períodos são -0,6% e -1,3%, respectivamente;
- 6) Percentil médio de 40,8% das taxas de variação do PIB do Brasil no conjunto de países, ou seja, na média o desempenho econômico brasileiro é superior a 40,8% dos países no período 1980-2016; esse desempenho abaixo da mediana implica retrocesso da economia brasileira em relação às outras economias;
- 7) Percentil médio do Brasil cai de 46,8% em 1980-94 para 36,7% em 1995-2016; ou seja, o retrocesso relativo do país no período pós 1994 (Modelo Liberal Periférico) é ainda maior;
- 8) No período em análise a economia brasileira mostra-se muito mais instável que a economia mundial já que o coeficiente de variação do país (1,4%) é 4 vezes maior que o da economia mundial (0,4%);

- 9) Menor instabilidade (informada pelo coeficiente de variação) da economia brasileira e da economia mundial no período 1995-2016 comparativamente ao período 1980-94;
- 10) Na era da globalização (1995-2016) a economia mundial é não somente mais dinâmica como mais estável em relação ao período anterior (1980-94), porém, nessa era a adoção do Modelo Liberal Periférico no Brasil evidencia maior retrocesso da economia brasileira em relação à economia mundial.¹⁹

A Tabela 3 apresenta as variáveis segundo o mandato presidencial. As últimas duas colunas dessa tabela evidenciam que quatro governos tiveram taxas efetivas médias de variação do PIB (y_b) menores do que as taxas esperadas calculadas segundo o multiplicador (y_{bem}) e o percentil (y_{bep}). Esses governos são: João Figueiredo (1980-84); Fernando Collor (1990-92); Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); e Dilma Rousseff (2011-16). Concentremos, portanto, o exame do impacto da conjuntura internacional e das falhas nacionais nesses mandatos presidenciais.

As duas últimas colunas mostram, ainda, que as diferenças entre o desempenho efetivo e o esperado são muito pequenas quando se usam os critérios do multiplicador e do percentil. Por exemplo, no caso do governo Dilma, essa diferença é -2,4% independentemente do critério. As diferenças são mais significativas somente no governo Figueiredo e, principalmente, no governo FHC.

¹⁹ Não há dúvida que o período 1995-2016 (Modelo Liberal Periférico) é um dos piores na história econômica brasileira em termos não somente de crescimento da renda como também de desempenho de outros indicadores macroeconômicos (finanças públicas etc.) (Ibid, capítulo 3).

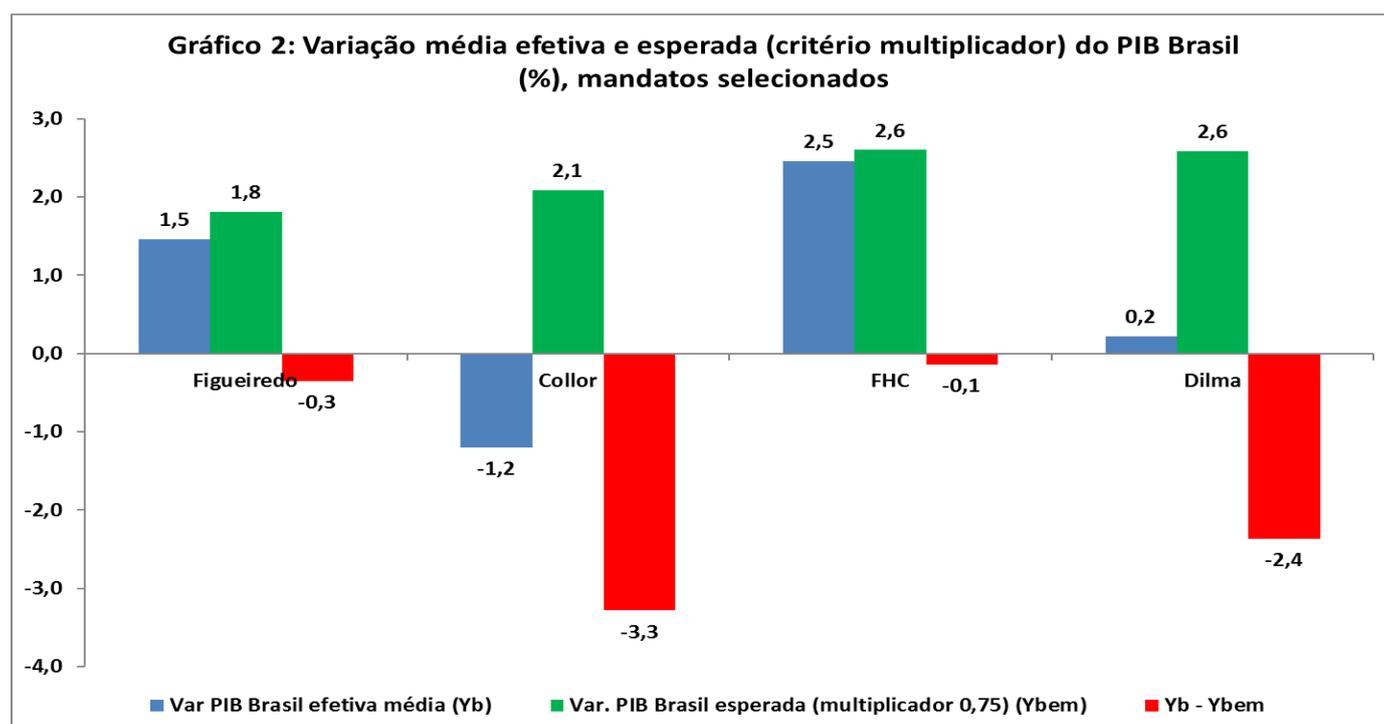
Tabela 3

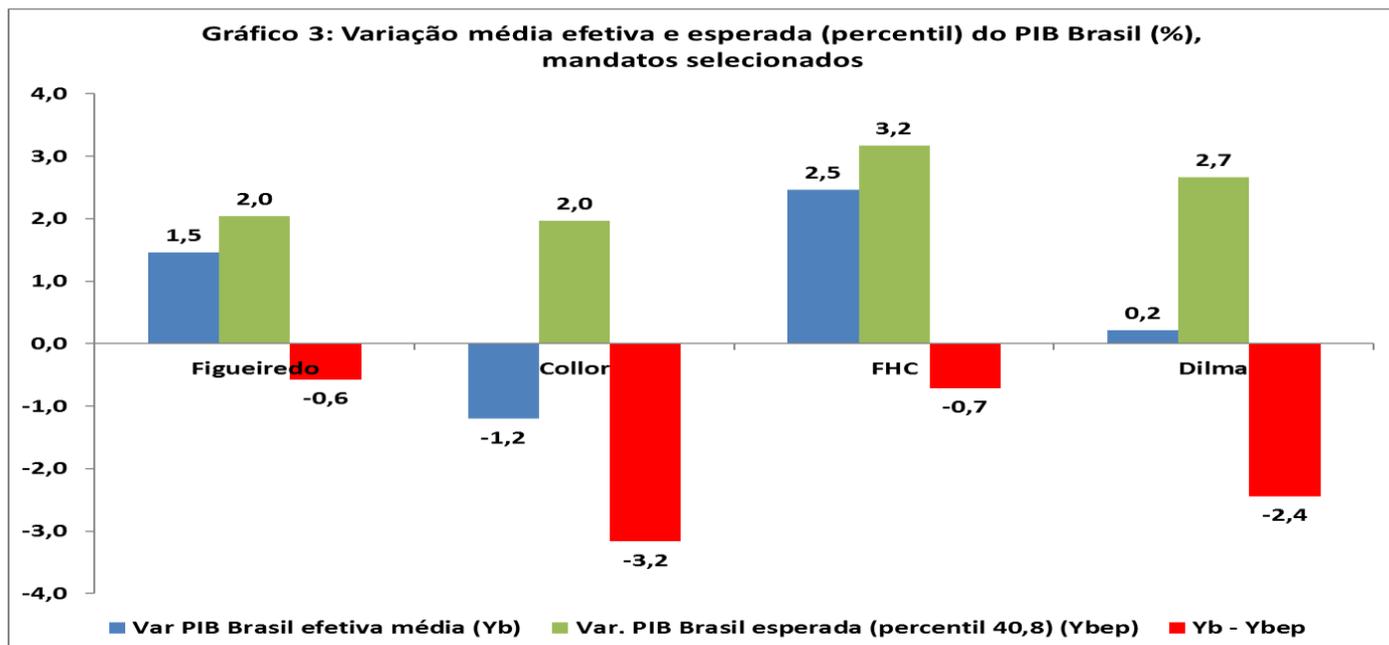
Taxas de variação percentual do PIB real, Brasil e mundo segundo o mandato presidencial, 1980-2016

	PIB Brasil, taxa var. % (y_b)	PIB Brasil, taxa var. % esperada, multiplicador 0,75 (y_{bem})	PIB Brasil, taxa var. % esperada, percentil 40,8 (y_{bep})	$y_b - y_{bep}$	$y_b - y_{bem}$
Figueiredo (1980-84)	1,5	1,8	2,1	-0,6	-0,6
Sarney (1985-89)	4,5	3,0	2,8	1,7	1,7
Collor (1990-92)	-1,2	2,1	2,0	-3,2	-3,2
Itamar (1993-94)	5,0	2,1	2,1	3,0	3,0
FHC (1995-2002)	2,5	2,6	3,2	-0,7	-0,7
Lula (2003-10)	4,1	3,2	3,4	0,7	0,7
Dilma (2011-16)	0,2	2,6	2,7	-2,4	-2,4

Fonte e notas: ver Tabela 1. Média aritmética simples

Seguindo a metodologia, a diferença entre a taxa efetiva (y_b) e a taxa esperada de variação do PIB (y_{be}) é o indicador de falhas nacionais. O Gráfico 2 mostra essa diferença com o uso do multiplicador para o cálculo da taxa esperada (y_{bem}). As perdas relativas a falhas nacionais são: Collor (3,3%); Dilma (2,4%); Figueiredo (0,3%); e FHC (0,1%). O Gráfico 3 usa o critério do percentil para o cálculo da taxa esperada. O resultado é similar, porém há piora relativa nos governos Figueiredo (0,6%) e FHC (0,7%). Nos governos Collor e Dilma as perdas são idênticas em ambos os critérios.





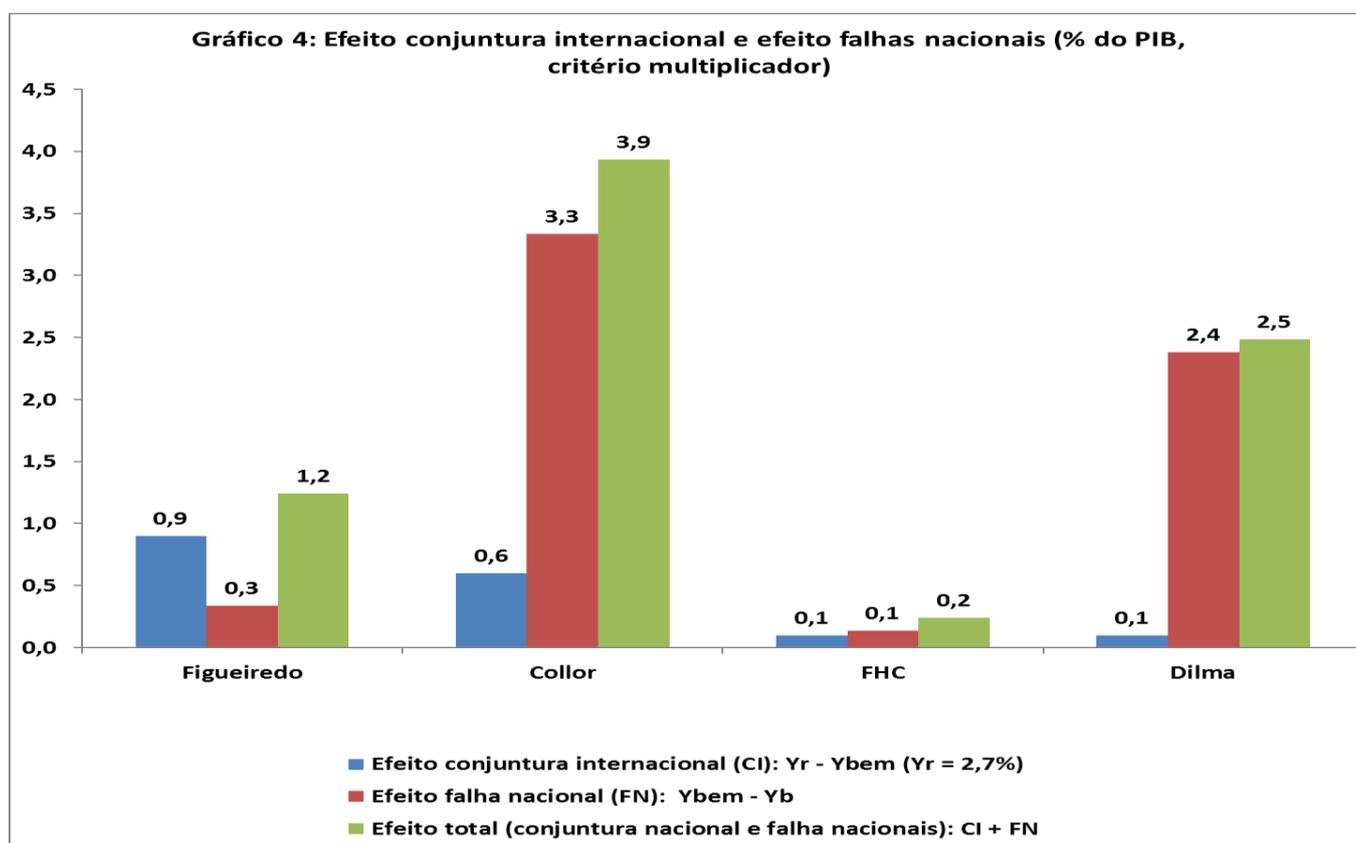
Para o cálculo do impacto da conjuntura internacional precisamos da taxa de referência (y_r), nos termos da metodologia discutida acima. Esse impacto é medido como a diferença entre a taxa de referência e a taxa esperada (y_{be}). O PIB do Brasil, no período em análise, cresce às seguintes taxas: média = 2,4%, mediana = 3,1%; média geométrica = 2,4%; taxa média esperada (multiplicador) = 2,6%; taxa média esperada (percentil médio) = 2,8%; e taxa de tendência linear = 2,7%.²⁰ A taxa de referência (y_r) escolhida é a taxa de tendência linear (2,7%), que coincide com a média das taxas acima.

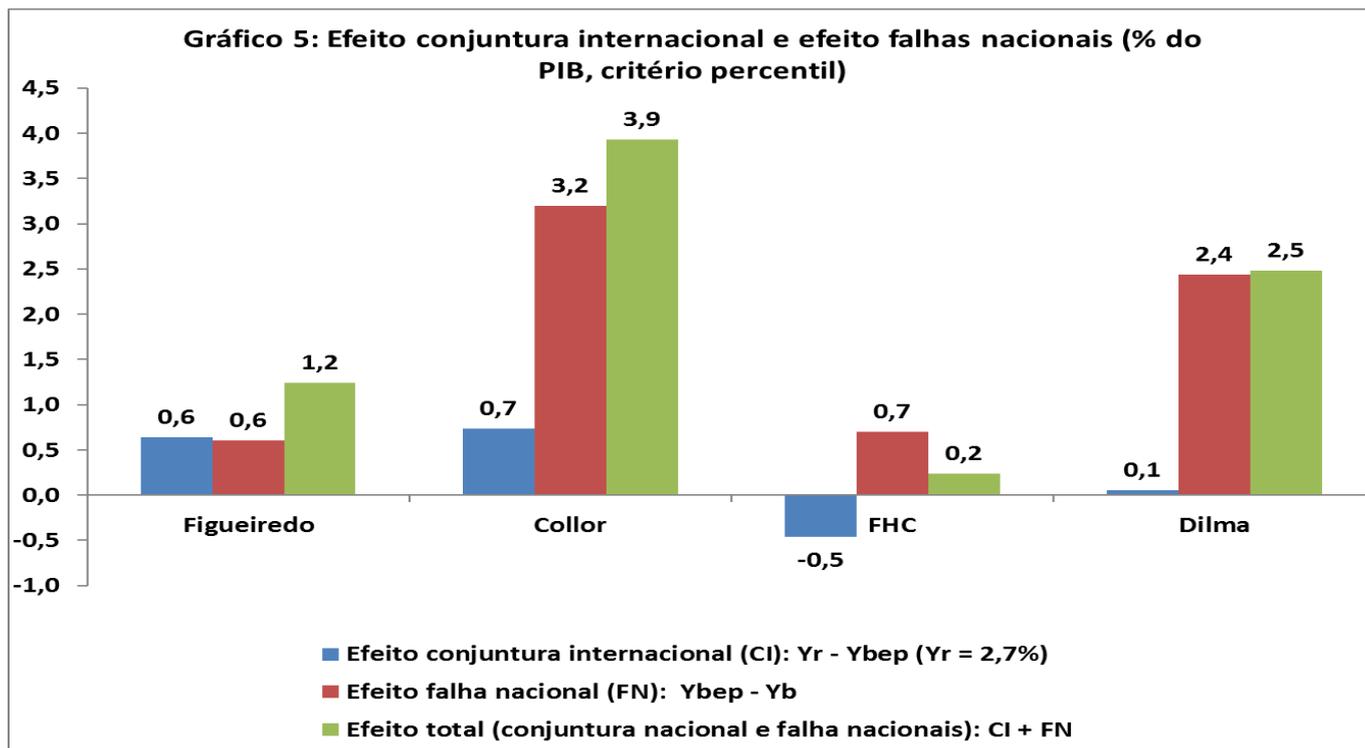
O Gráfico 4 mostra os seguintes impactos da conjuntura internacional ($Y_r - Y_{be}$) sobre a variação do PIB, quando usamos o critério multiplicador ($Y_r - Y_{bem}$): Figueiredo (0,9%), Collor (0,6%); FHC (0,1%); e Dilma (0,1%). O Gráfico 5 mostra esses impactos com o critério percentil ($Y_r - Y_{bep}$): Figueiredo (0,6%), Collor (0,7%); FHC (-0,5%); e Dilma (0,1%). No governo FHC a conjuntura internacional não foi desfavorável já que a taxa esperada de crescimento (3,2%) é maior do que a taxa de referência (2,7%). Qualquer que seja o critério, as maiores diferenças são: Collor (0,6% ou 0,7%) e Figueiredo (0,9% ou 0,6%). Vale notar que o efeito conjuntura internacional é quase nulo no governo Dilma (0,1%) já que a diferença ocorre na segunda casa decimal, sendo que a taxa de referência

²⁰ A equação de tendência linear do PIB brasileiro é $LN Y_B = -48,155 + 0,027t$, sendo as estatísticas t dos coeficientes iguais a -32,5 e 35,9, respectivamente; $R^2 = 0,974$; e $DW = 0,482$.

(2,7%) é igual à taxa esperada (2,7%) com o arredondamento para a primeira casa decimal.

Vale notar que, independentemente do critério, o efeito da conjuntura internacional sobre o crescimento econômico no governo Dilma equivale a 0,1%. Esse percentual é insignificante comparativamente à taxa de referência (2,7%) e às taxas esperadas (2,6% segundo o multiplicador e 2,7% segundo o percentil). Ou seja, o impacto da conjuntura internacional é menor do que 5% quando comparado à taxa de referência ou às taxas esperadas. O restante (95%) corresponde ao efeito falhas nacionais.





As decomposições (critério do multiplicador) dos efeitos conjuntura internacional (CI = $y_r - y_{be}$) e falhas nacionais (FN = $y_{be} - y_b$) são mostradas no Gráfico 6. Nesse gráfico evidenciam-se as seguintes contribuições das falhas nacionais: Dilma (96%); Collor (85%); FHC (58%); e Figueiredo (27%). O Gráfico 7 (critério percentil) mostra os seguintes resultados para o efeito falhas nacionais para os governos: Dilma (98%); Collor (81%); e Figueiredo (48%). Como mencionamos acima, o governo FHC se beneficiou de uma conjuntura internacional relativamente favorável, portanto, o retrocesso relativo da economia brasileira explicado integralmente por falhas de governo.²¹

²¹ No governo FHC a economia brasileira cresceu à taxa média (simples) de 2,5% enquanto a economia mundial cresceu 3,5%. Segundo os critérios do multiplicador e do percentil, nesse governo as taxas médias esperadas, via impacto da economia mundial, são 2,6% e 3,2%. Portanto, considerando a taxa de referência de 2,7%, as falhas nacionais são mais importantes do que a falhas conjuntura internacional, segundo o critério do multiplicador (contribuição igual a 58%). No entanto, as falhas nacionais são totalmente dominantes segundo o critério do percentil (295%). Para análises das (graves) falhas de modelo, mercado e governo durante os mandatos de FHC, ver CANO (2000, cap. 3), FILGUEIRAS (2000, caps. 3-6), CARNEIRO (2002, parte 3), GONÇALVES (2003) e CARCANHOLO (2005, p. 107-197).

Gráfico 6: Efeito conjuntura internacional e efeito falhas nacionais (critério multiplicador): decomposição %

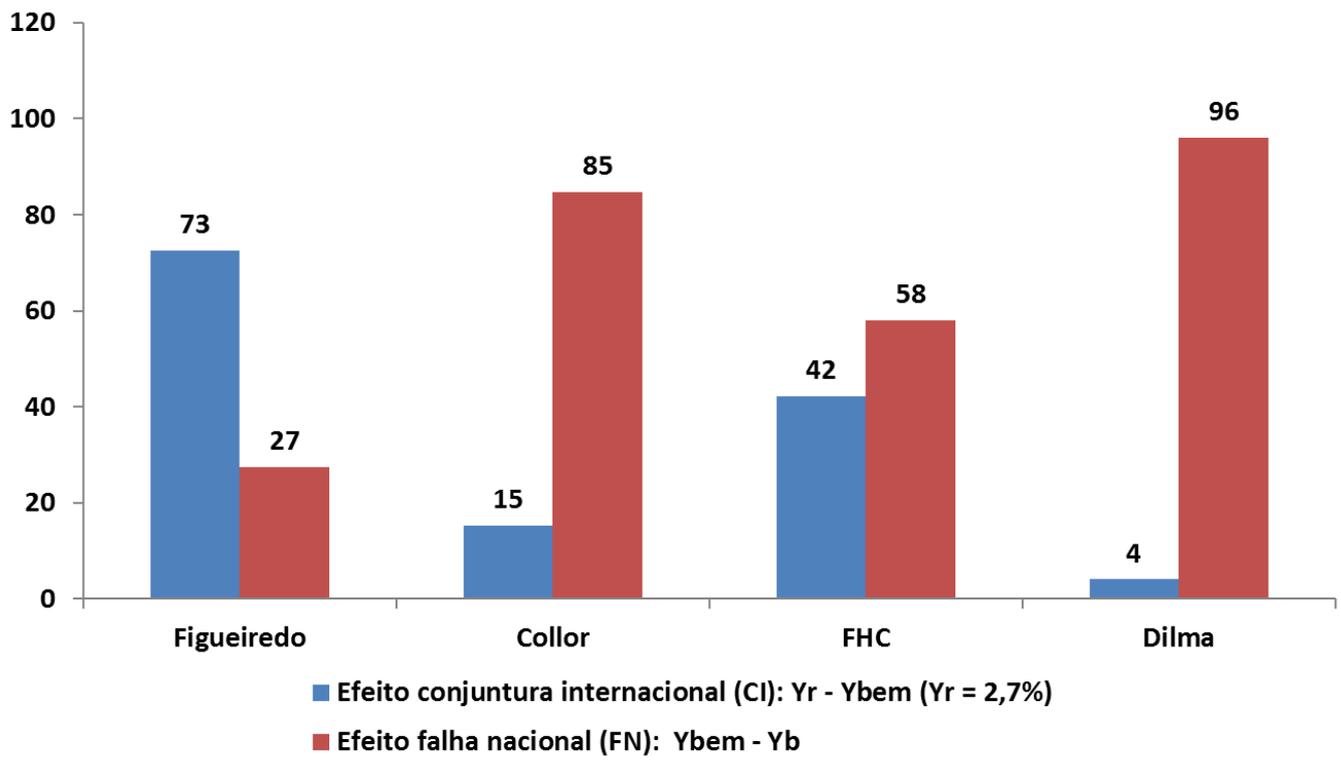
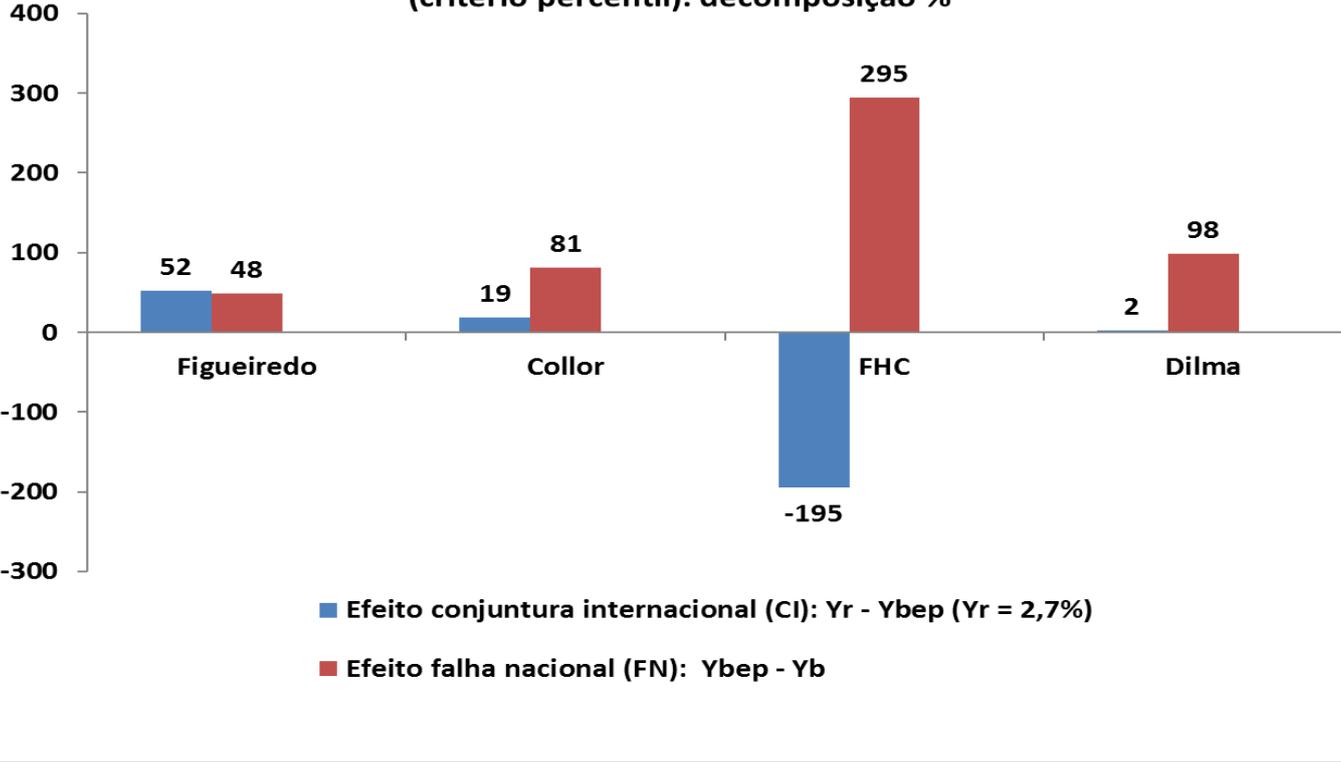


Gráfico 7: Efeito conjuntura internacional e efeito falhas nacionais (critério percentil): decomposição %



A taxa média (simples) de crescimento econômico no período 2011-16 (governo Dilma), considerada para os cálculos é 0,2%. Essa taxa considera a estimativa do FMI de variação do PIB real do Brasil em 2016 (-3,8%, estimativa FMI-WEO, abril 2016). Entretanto, essa taxa foi revisada em outubro (-3,3%). A média do período 2011-16 passa, então, a ser 0,3%. Ocorre que o governo Dilma terminou no dia 31 de agosto de 2016 quando o Senado aprovou o impedimento. Quando somente se consideram os dados de variação do PIB brasileiro nos dois primeiros trimestres de 2016, a taxa média anual (geométrica) de crescimento do PIB em 2011-16 (1º semestre) é 0,5%. Entretanto, nesse estudo mantivemos a estimativa original do FMI (-3,8% para 2016) e consideramos que Dilma Rousseff é responsável pelo desempenho econômico em 2016. Essa escolha não afeta, de forma alguma, as principais conclusões do trabalho.

Os cálculos mostram, de forma inequívoca, a validade da hipótese apresentada nesse trabalho: o desempenho econômico desastroso no governo Dilma Rousseff (2011-2016) é determinado, quase que integralmente, pelo conjunto de falhas nacionais e, portanto, a conjuntura internacional tem efeito marginal sobre esse desempenho. Mesmo que consideremos a taxa média anual de crescimento do PIB real próxima de 0,5% no governo Dilma, a contribuição relativa do efeito falhas nacionais é 86% para ambos os critérios. Nesse caso, o governo Dilma continua se destacando como o período de maior contribuição das falhas nacionais para o péssimo desempenho do PIB real. Vale destacar que durante o governo Dilma houve queda da renda *per capita* já que a população brasileira cresceu à taxa média anual próxima de 1%.

4 Governo Dilma: falhas de governo, falhas de mercado e falhas de modelo

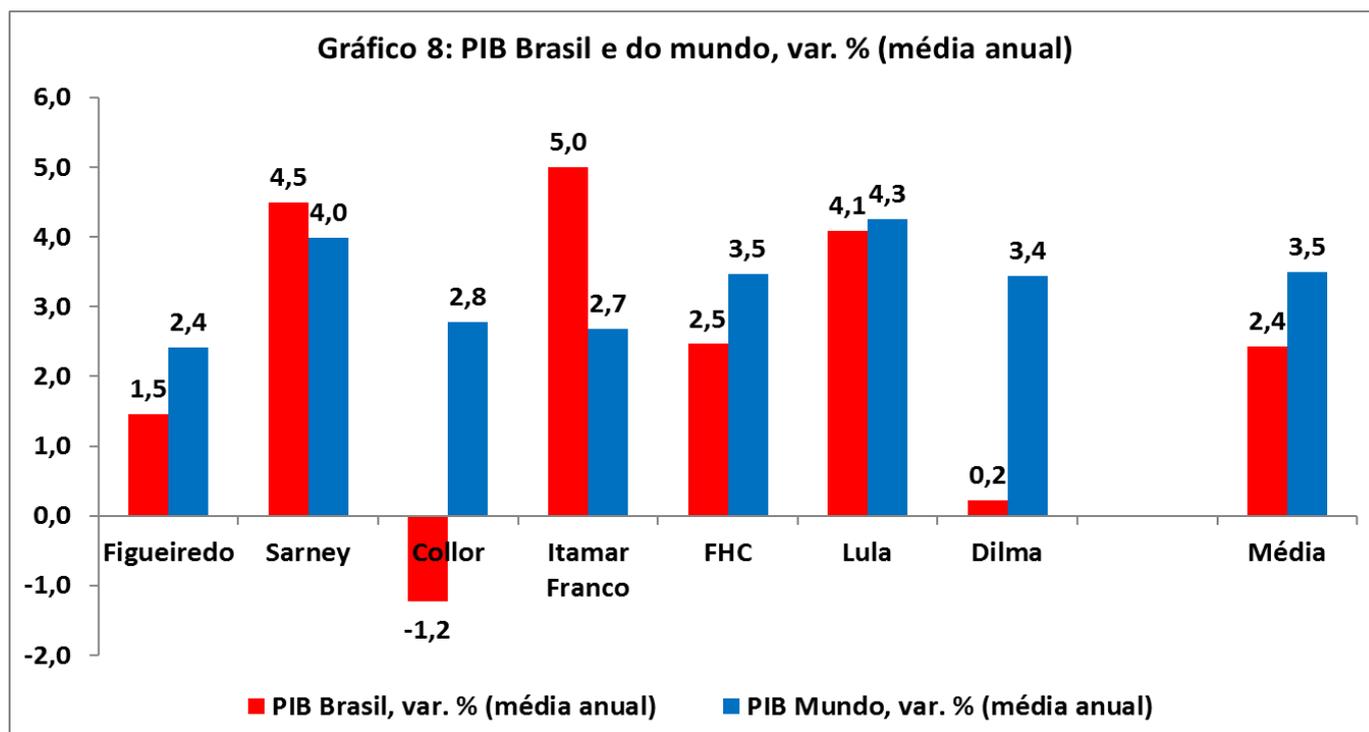
A Tabela 4 mostra alguns indicadores que mostram o desempenho desastroso da renda no governo Dilma comparativamente aos outros mandatos e ao resto do mundo. Como evidencia o Gráfico 8 a taxa média de variação do PIB no governo Dilma (0,2%) é a segunda mais baixa no período em análise (1980-2016). Somente o governo Collor é responsável por uma taxa menor (-1,2%). Vale destacar que, no conjunto de 30 mandatos em toda a história republicana, o governo Dilma ocupa a 28ª posição; Fernando Collor e Floriano Peixoto ocupam a 29ª e 30ª posições, respectivamente (GONÇALVES, 2013, p. 75-76).

Tabela 4

PIB real do Brasil e do mundo, indicadores segundo o mandato presidencial, 1980-2016

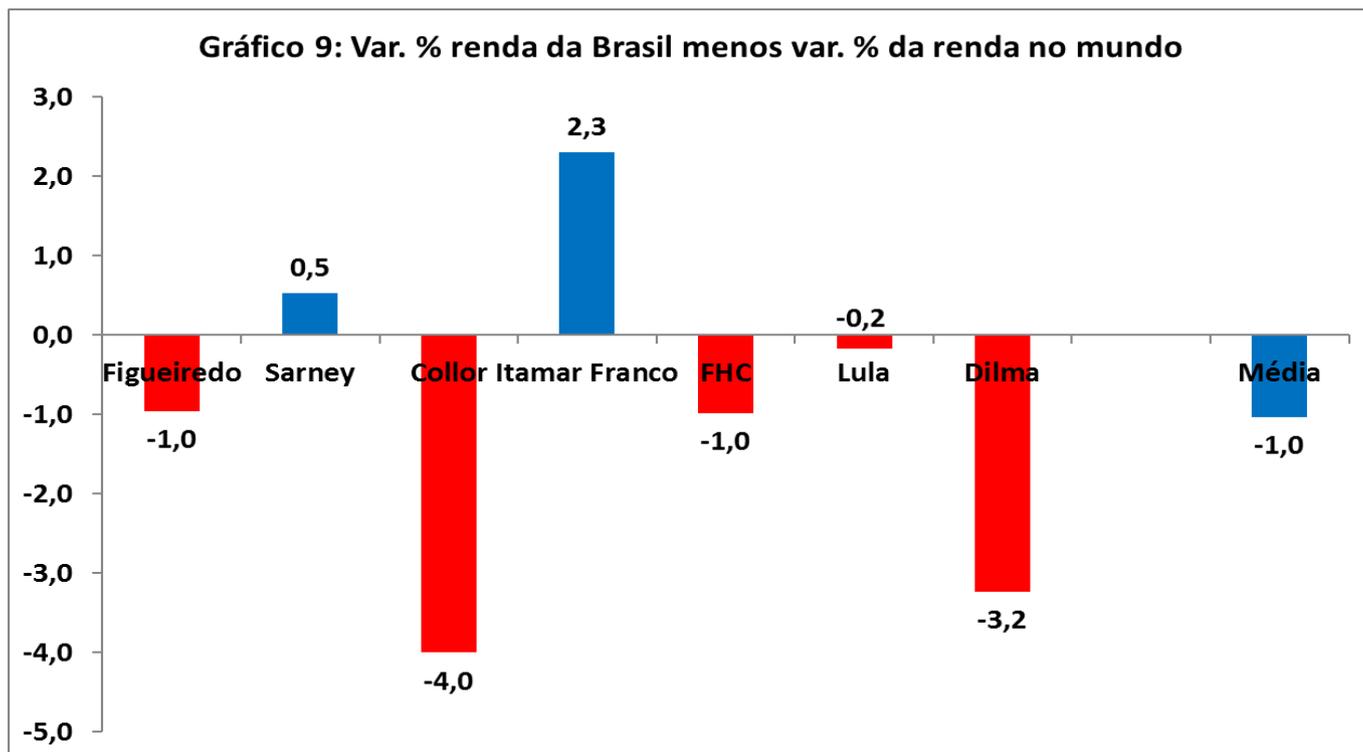
	PIB Brasil, var. % (média anual) (y_b)	PIB Mundo, var. % (média anual) (y_w)	Var. % renda Brasil menos var. % renda mundo $y_b - y_w$	Elasticidade-renda (multiplicador, média anual)	Percentil da taxa var. % PIB do Brasil em relação ao mundo	Participação % do Brasil na renda mundial (média anual)
Figueiredo	1,5	2,4	-1,0	0,5	43,0	3,9
Sarney	4,5	4,0	0,5	1,2	57,3	3,9
Collor	-1,2	2,8	-4,0	-0,4	20,3	3,4
Itamar Franco	5,0	2,7	2,3	1,9	70,0	3,5
FHC	2,5	3,5	-1,0	0,7	35,2	3,4
Lula	4,1	4,3	-0,2	1,2	47,2	3,1
Dilma	0,2	3,4	-3,2	0,0	24,7	3,0
Média	2,4	3,5	-1,0	0,7	40,8	3,4

Fonte e notas: ver Tabela 1. Média aritmética simples.

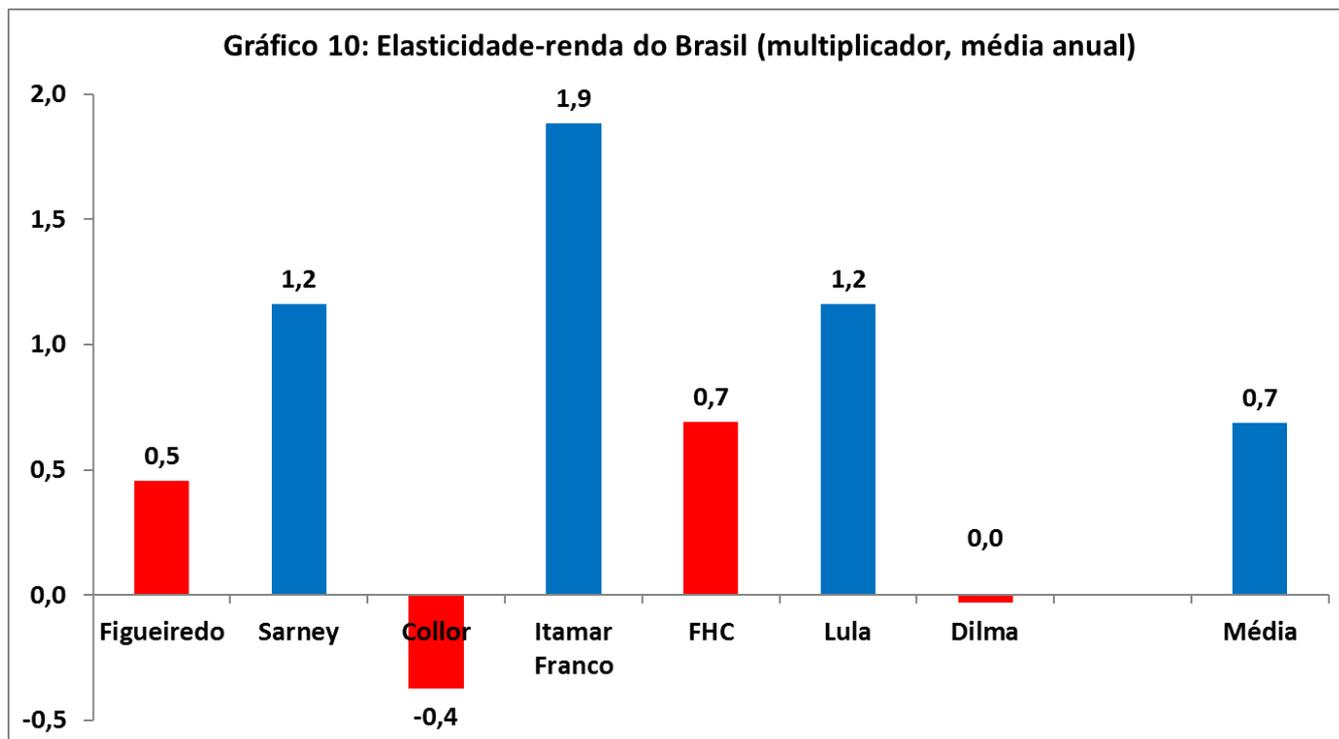


Ademais, como também mostra o Gráfico 8, excetuando os governos Sarney e Itamar, a economia brasileira tem taxas de variação da renda menores que as taxas da economia mundial. Ainda no que se refere ao governo Dilma, cabe destacar que o crescimento médio anual da economia mundial (3,4%) não está muito abaixo da taxa média em todo o período 1980-2016 (3,5%).

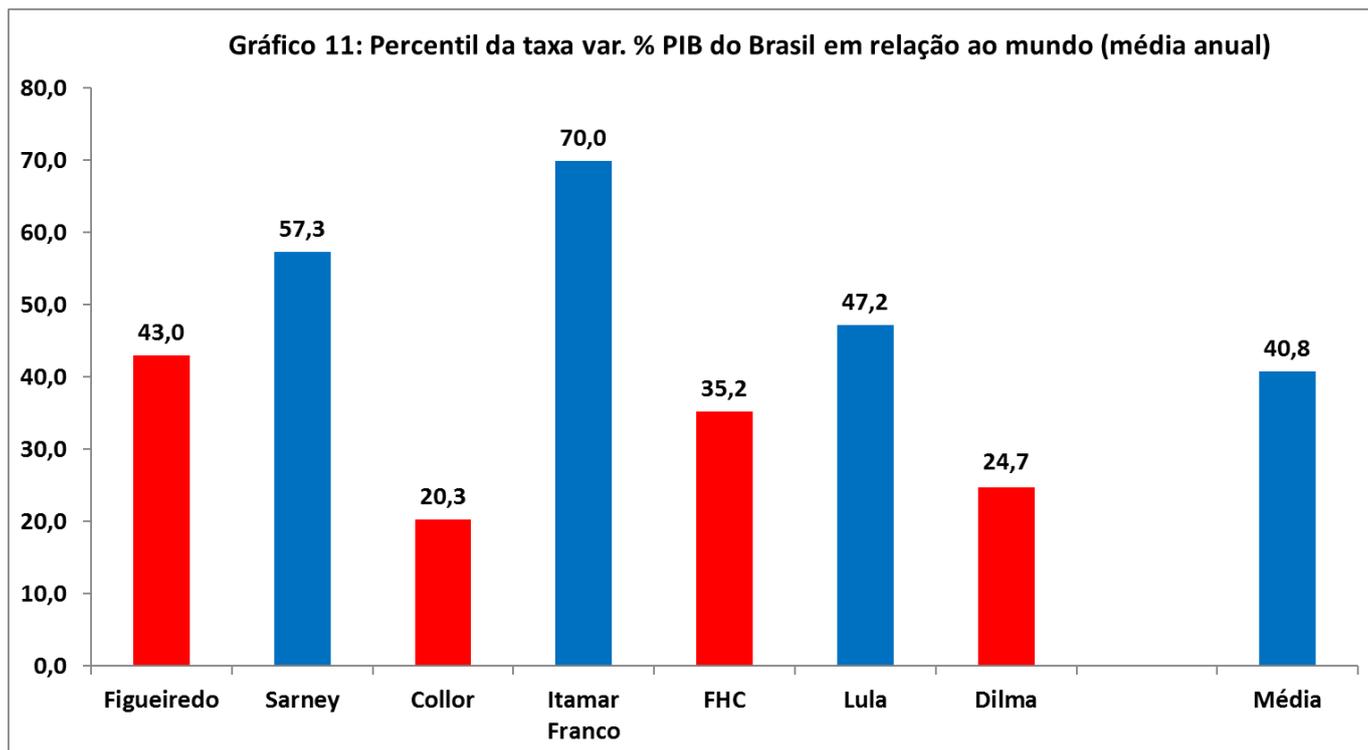
De fato, o desempenho péssimo do governo Dilma também é evidente quando comparado ao resto do mundo. O Gráfico 9 apresenta a diferença entre a taxa média de variação da renda no Brasil e a taxa correspondente no resto do mundo segundo os mandatos presidenciais. Esse gráfico informa o retrocesso da economia brasileira a partir de 1980. Conforme mencionado, somente dois governantes (José Sarney e Itamar Franco) são responsáveis por taxas médias maiores do que a taxa média da economia mundial. Nos outros cinco mandatos (Figueiredo, Collor, FHC, Lula e Dilma) a economia brasileira tem taxas médias anuais de variação do PIB menores do que a taxa média mundial. As grandes diferenças (maiores retrocessos) ocorrem nos governos Collor (4,0%) e Dilma (3,2%).



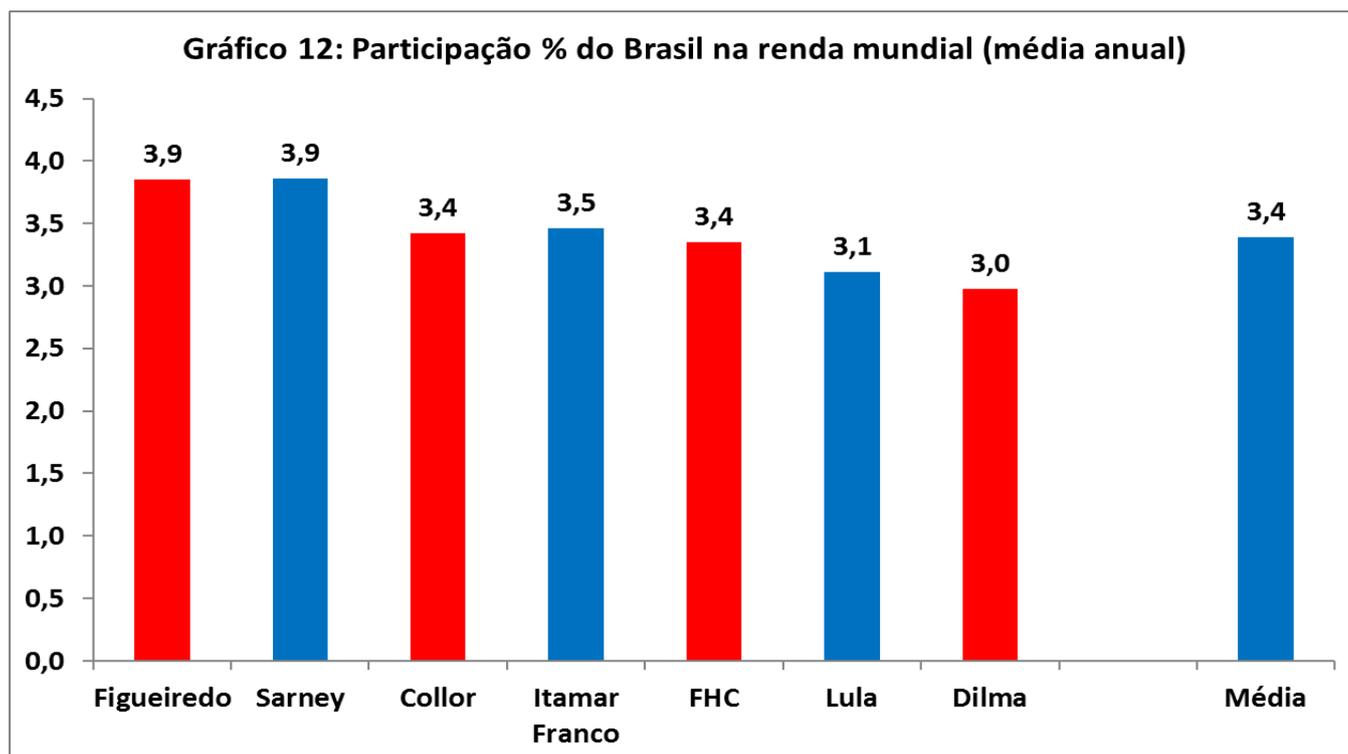
O Gráfico 10 mostra o multiplicador médio anual segundo o mandato presidencial. Como visto, esse multiplicador (elasticidade-renda) é a relação entre a variação percentual da renda do Brasil e a variação percentual da renda do mundo. Mais uma vez fica evidenciado o péssimo desempenho nos governos Collor e Dilma já que a economia mundial cresce em ambos os mandatos (Collor = 2,8%); Dilma = 3,4%) e o multiplicador é negativo no governo Collor e praticamente nulo no governo Dilma. Vale mencionar que o multiplicador médio de todo o período 1980-2016 é 0,75.



O Gráfico 11 mostra o percentil médio da taxa de variação percentual do PIB brasileiro no *ranking* de todos os países (ordem crescente). Os percentis dos governos Collor (20,3%), Dilma (24,7%) e FHC (35,2%) estão abaixo da média observada no período 1980-2016 (40,8%). No governo Lula o percentil (47,2%) situa-se acima da média, porém é menor do que 50%, ou seja, o Brasil situa-se abaixo da mediana das taxas de crescimento de todos os países, ou seja, há retrocesso relativo.



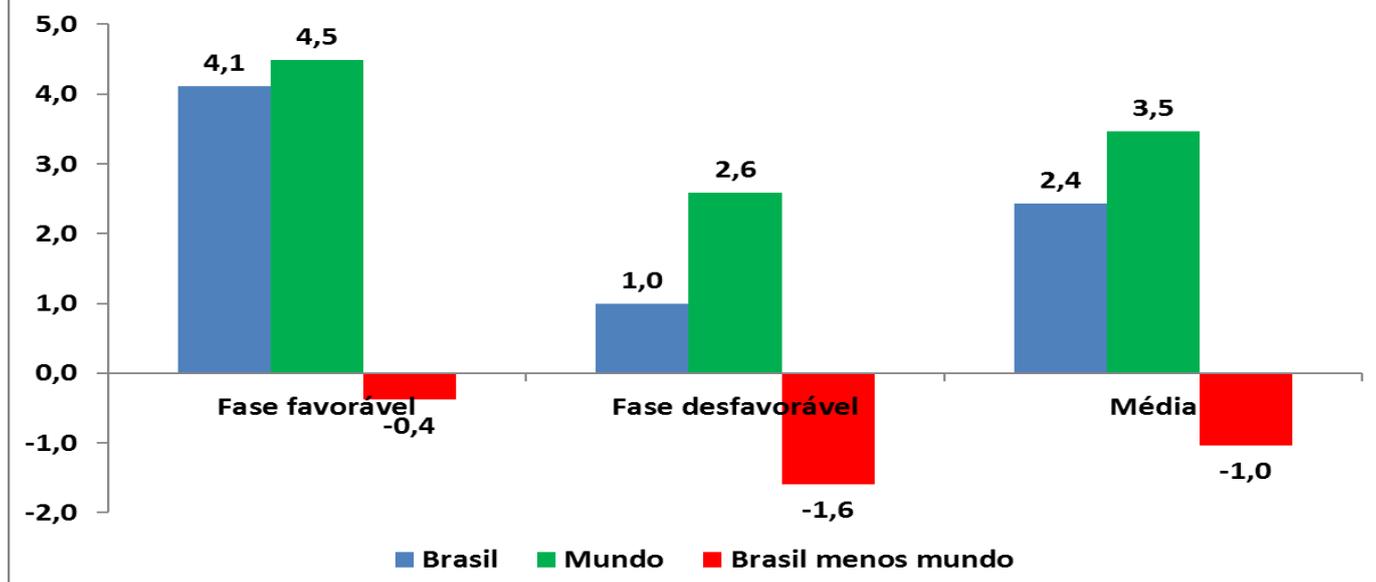
O Gráfico 12 reforça a evidência sobre retrocesso da economia brasileira em relação ao resto do mundo quando se considera a participação do PIB brasileiro no total do PIB mundial. Os dados também são do FMI (*World Economic Outlook*, abril 2016). Desde o governo Collor há nítida tendência de queda dessa participação que caiu de 3,9% nos anos 1980 para aproximadamente 3,4% nos anos 1990. A queda é relativamente significativa no governo Lula e no governo Dilma quando a participação do Brasil na economia mundial recua para 3,1% e 3,0%, respectivamente. A partir da última década do século XX (era da globalização no mundo e Modelo Liberal Periférico no Brasil) a renda do Brasil recua relativamente à renda mundial. A perda relativa do governo FHC em relação ao governo Sarney (0,5%) é igual à perda do governo Dilma em relação ao governo FHC.



Em duas décadas e meia o país perdeu o equivalente a 1% da renda mundial. Se o país tivesse mantido sua participação de 3,9% na renda mundial da primeira metade dos anos 1980, a renda brasileira no governo Dilma teria sido 30% maior.

Em todo o período 1980-2016 a diferença média anual entre a taxa de crescimento do PIB mundial (3,5%) e a taxa de crescimento do PIB brasileiro (2,4%) é 1%. O Gráfico 13 informa um padrão de desempenho relativo particularmente negativo para a economia brasileira segundo a fase da economia mundial. Seguindo o critério usado, nas fases favoráveis o PIB mundial cresce a taxas maiores do que a média de 3,5% (1980-2016). Nessas fases o PIB mundial cresce 4,5% a.a. enquanto o PIB do Brasil cresce 4,1%. Nas fases desfavoráveis da economia mundial (segundo o critério usado, menor que 3,5%), a economia brasileira cresce 1,0% a.a., taxa significativamente menor que a taxa média mundial (2,6%). Ou seja, o diferencial médio de taxas de variação do PIB (Brasil menos mundo) é -0,4% nas fases favoráveis e -1,6% nas fases desfavoráveis. Portanto, em todas as fases há retrocesso da economia brasileira. Entretanto, nas fases desfavoráveis a economia brasileira acelera seu retrocesso em relação ao resto do mundo.

Gráfico 13: Taxa média anual de variação do PIB real do Brasil e do mundo segundo as fases da conjuntura mundial: 1980-2016



No governo Dilma a economia mundial cresce à taxa média anual de 3,4% enquanto a economia brasileira cresce 0,2%. Esse diferencial (-3,2%) é maior que o diferencial médio observado em 1980-2016 (-1,0%) e maior que o diferencial médio das fases desfavoráveis da economia mundial (-1,6%). De fato, é o dobro, ou seja, a velocidade de retrocesso do Brasil no governo Dilma é mais do que três vezes a velocidade do retrocesso constatado em 1980-2016 e o dobro da velocidade média evidenciada nas fases desfavoráveis da economia mundial.

As conclusões acima podem ser qualificadas no sentido de que diferentes mecanismos internacionais de transmissão podem ter impactos sobre a economia brasileira em distintos momentos. Por exemplo, durante o governo Figueiredo (1979-84) a crise da dívida externa afetou dezenas de países em desenvolvimento. No governo Collor a economia mundial experimentou crescimento relativamente desfavorável pelos padrões seculares. Durante o governo FHC as crises cambial e financeira nos mercados emergentes afetaram, via efeito contágio, a economia brasileira. Por outro lado, os governos Sarney e Lula se beneficiaram, na maior parte dos seus anos de mandato, de

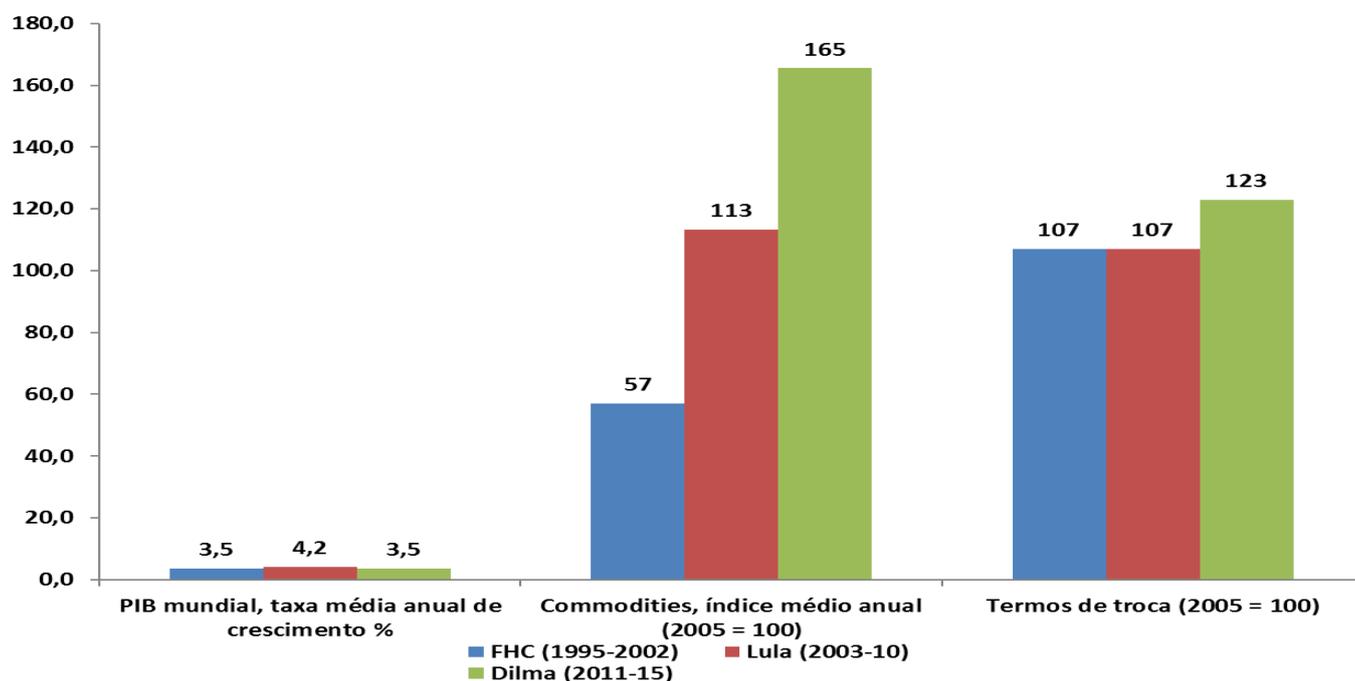
conjunturas internacionais favoráveis.²² Que mecanismos internacionais afetaram especificamente a economia brasileira durante o governo Dilma?

Vamos focar a análise em indicadores que, no caso do governo Dilma, cobrem o período 2011-15, nas esferas real, comercial e financeira das relações econômicas internacionais. Na esfera real o indicador é a taxa média anual de variação do PIB mundial. Se, de um lado, é verdade que no governo Lula (2003-10) a economia mundial teve uma fase muito favorável (crescimento médio anual de 4,5%), de outro, também é verdade que no governo Dilma (2011-15) a economia mundial cresceu à taxa média anual (3,5%) igual à taxa secular (média do período 1980-2016 igual a 3,5%), como mostra o Gráfico 14.²³ O mesmo ocorreu no governo FHC. Portanto, não é correto afirmar que o lado real da economia mundial foi desfavorável nos governos FHC e Dilma. O fato marcante é que falhas nacionais responderam por parcelas muito significativas do fraco ou péssimo desempenho nos governos FHC e Dilma, respectivamente.

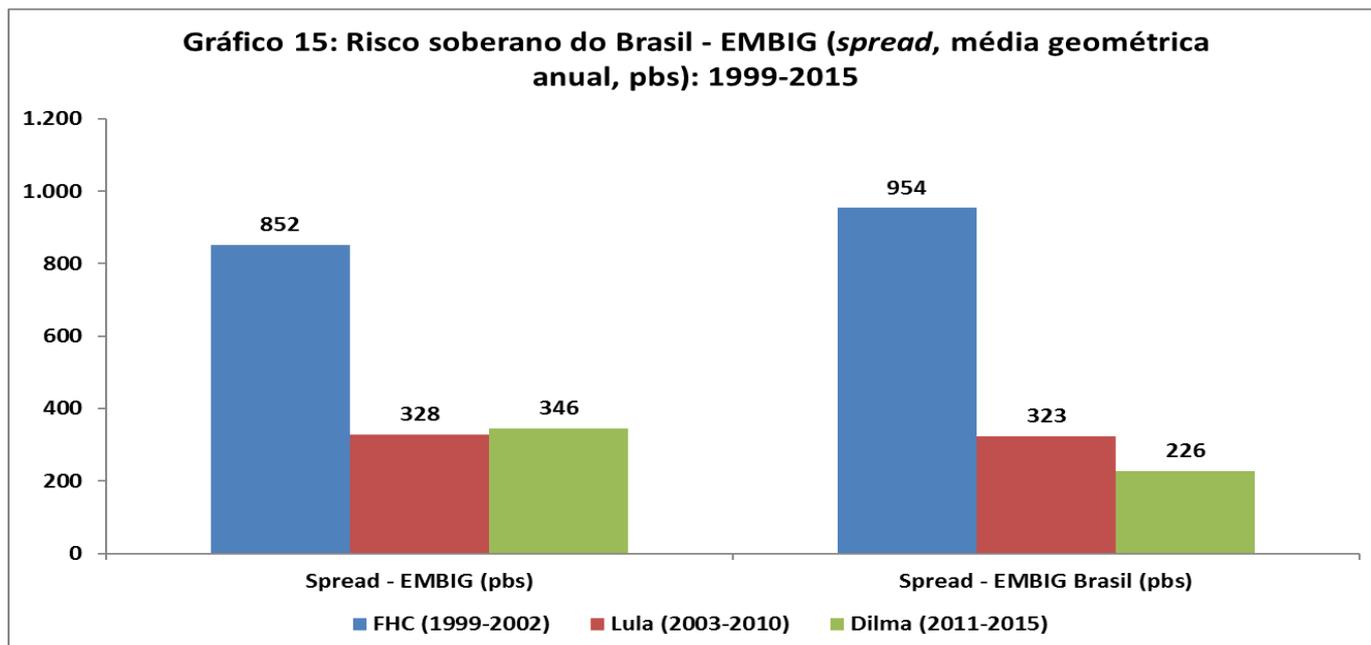
Na esfera das relações comerciais internacionais constata-se o extraordinário aumento dos preços das *commodities* a partir de 2003. No governo Dilma, ainda que tenha havido uma queda dos preços das *commodities*, principalmente, a partir de 2012, o fato é que o índice médio de preços das *commodities* durante o esse governo (165) é quase 3 vezes mais elevado do que o índice médio no governo FHC e 50% mais alto que no governo Lula, conforme evidenciado no Gráfico 14. No que se refere aos termos de troca, constata-se que, os índices médios nos governos FHC e Lula são idênticos (107). No governo Dilma, ainda que tenha havido tendência de queda, o índice médio é maior (123) do que nos governos anteriores antecedentes.

²² O evento negativo notável é a eclosão da crise financeira global no segundo semestre de 2008 que afetou significativamente a evolução da economia mundial em 2009.

Gráfico 14: Crescimento da economia mundial, preço das *commodities* e termos de troca do Brasil: 1995-2015 (médias geométricas anuais) %



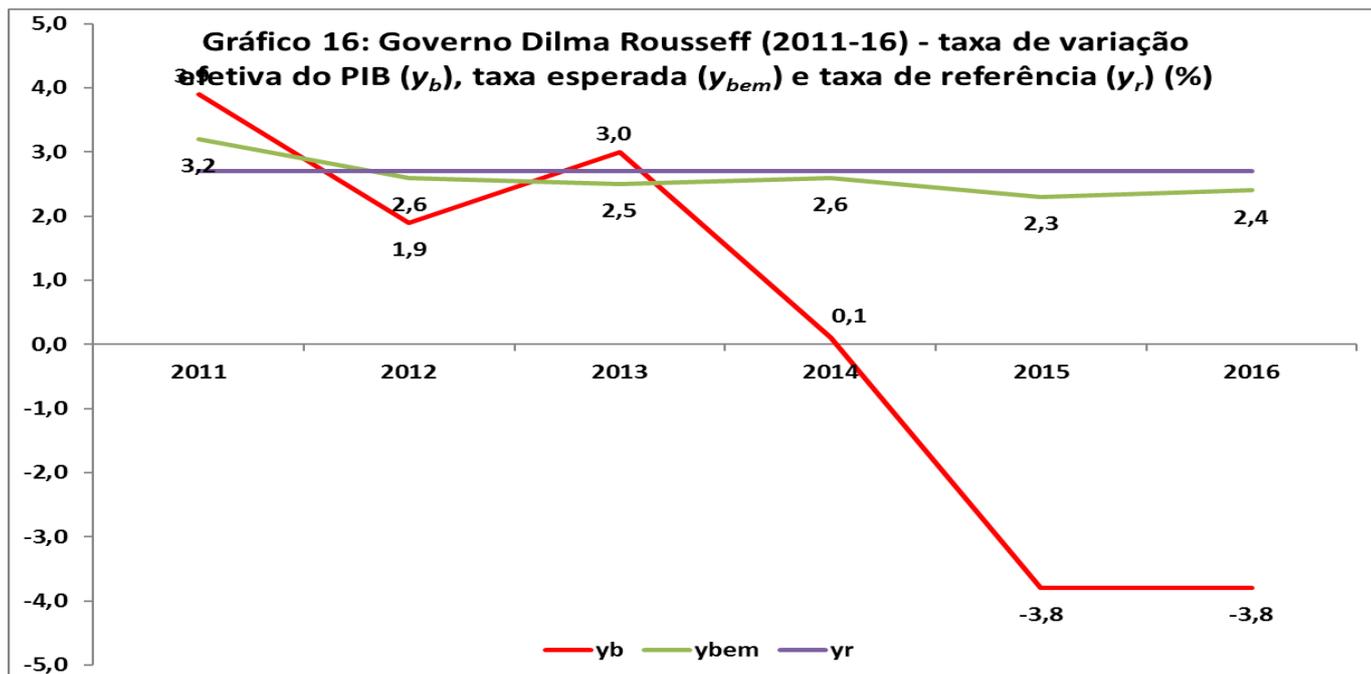
As condições de liquidez internacional foram particularmente favoráveis no governo Dilma. Após a eclosão da crise financeira global no segundo semestre de 2008, houve turbulência no sistema financeiro internacional. Entretanto, a partir de 2010, em função das políticas monetárias expansionistas nas principais economias do mundo, as condições mantiveram-se relativamente favoráveis no mercado financeiro internacional. Como indicador, cabe mencionar o *spread* médio dos títulos públicos no mercado internacional. O Gráfico 15 mostra o *spread* médio dos mercados emergentes de 852 pbs (pontos básicos) em 1999-2002. Não há dúvida que o governo FHC sofreu o efeito contágio das crises cambiais e financeiras nos mercados emergentes que implicaram elevação da aversão ao risco de forma e do *spread* médio do Brasil (média igual a 954 pbs em 1999-2002). A situação é diametralmente oposta em 2003-15 já que, apesar de a crise financeira global causar aumento generalizado dos *spreads* em 2008-2010, o *spread* médio dos mercados emergentes estabiliza-se em 300-400 pbs. No governo Lula o *spread* médio é 323 pbs. No governo Dilma, ainda que tenha havido elevação dos *spreads* a partir de 2013, o fato é que o *spread* médio nesse governo (226 pbs) corresponde a aproximadamente um quarto e dois terços dos *spreads* médios nos governos FHC e Lula, respectivamente.



Portanto, nas esferas real, comercial, monetária e financeira das relações econômicas internacionais as condições foram relativamente favoráveis durante os anos do mandato de Dilma Rousseff (2011-16), ainda que tenha havido uma pior a partir de 2013. Vale enfatizar que, mesmo que tenha havido tendência evidentemente desfavorável dos preços das *commodities*, termos de troca e *spreads*, principalmente a partir de 2013, o fato é que os níveis médios dos índices que expressam a conjuntura internacional são maiores no governo Dilma que nos governos FHC e Lula. Quando focamos no crescimento da renda, o fato é o crescimento médio notável da economia mundial durante o governo Lula (4,2%), inclusive considerando o choque causado pela crise financeira global em 2008. Nos governos FHC e Dilma a economia mundial teve, em geral, desempenho moderadamente favorável com taxa média anual de crescimento (3,5%) idêntica à taxa secular (1980-2016).

O Gráfico 16 ilustra o péssimo desempenho da renda do Brasil durante o governo Dilma.²⁴ Em dois anos (2011 e 2013), o PIB brasileiro cresceu a taxas maiores que as taxas esperadas e de referência, enquanto nos outros quatro anos, o desempenho ficou muito aquém das taxas esperadas e da taxa de referência. De fato, os resultados em 2014-16 são desastrosos pelos padrões históricos brasileiros e pelos padrões internacionais contemporâneos.

²⁴ O Gráfico 16 é a “versão Dilma” do Gráfico 1.



5 Conclusões

Esse texto confirma a hipótese que a conjuntura internacional não pode ser vista como determinante significativo do péssimo desempenho da renda no Brasil no governo Dilma Rousseff.²⁵ De fato, a evidência apresentada confirma a hipótese que o desempenho econômico brasileiro é determinado, quase que totalmente, pelo conjunto de falhas nacionais. Em termos de crescimento médio anual do PIB, há perda de 2,4% (diferença entre a taxa esperada de 2,6% e a taxa efetiva de 0,2%), o que expressa o efeito falhas nacionais. Considerando a taxa de referência de 2,7% (taxa de crescimento de tendência linear do PIB brasileiro no período 1980-2016) e a taxa efetiva de crescimento médio anual no período 2011-16 (0,2%), a perda de renda no governo Dilma (2,5%) implica que o efeito falhas nacionais (2,4%) responde por mais de 90% dessa perda.

Os exercícios apresentados mostram que os resultados dependem da taxa de referência e, principalmente, da taxa esperada. Essa última é calculada segundo dois critérios distintos: multiplicador (elasticidade-renda) e percentil. Entretanto, no caso do governo Dilma, diferentes critérios não geram diferenças marcantes quanto aos efeitos falhas de governo e conjuntura internacional. Portanto, a conjuntura internacional desfavorável tem efeito marginal ou pouco significativo sobre esse desempenho desastroso e esse resultado é invariável em relação ao critério usado para o cálculo da taxa esperada.

A evidência mostra ainda que no período 1980-2016 o governo Dilma se destaca como o governo em que as falhas nacionais são protagônicas quanto ao impacto sobre o desempenho do PIB real. Vale notar, entretanto, que esse fenômeno, ainda que em menor medida, também é evidenciado no caso do governo FHC em cujo mandato a economia brasileira teve fraco desempenho pelos seus padrões históricos.

A decomposição dos efeitos das distintas fontes de falhas nacionais (modelo, mercado e governo) é uma questão relevante. Esse tipo de decomposição não é trivial do ponto de vista técnico e transcende o escopo desse estudo. No entanto, cabe fazer algumas considerações gerais.

²⁵ MACHADO (2016) também chega a essa mesma conclusão quando analisa a evolução das principais economias do mundo e do conjunto da economia mundial.

O fato é que precisamos de investigações adicionais para identificar o agravamento de falhas de mercado e de modelo no governo Dilma. Para ilustrar, segundo o estudo de RIBEIRO (2016), no conjunto, parece haver melhora de indicadores de vulnerabilidade externa no governo Dilma comparativamente ao governo Lula.²⁶ Esse resultado sugere a hipótese do não agravamento das falhas de modelo na questão específica do padrão de inserção internacional. Portanto, não há “suavização” do impacto negativo das falhas de governo no período 2011-16 em função das falhas de modelo no âmbito das relações internacionais.

Outra crítica relevante é que determinado governante pode herdar desequilíbrios de fluxo e estoques do seu antecessor, que se tornam restrições-chave durante o seu mandato. Por exemplo, Figueiredo recebeu a “herança maldita” da dívida externa. Collor teve que enfrentar uma desestabilização macroeconômica extraordinária herdada do governo Sarney (inflação, dívida pública, contas externas etc.). O governo FHC herdou o regime de alta inflação e adotou o Plano Real para acabar com esse regime. FHC, por seu turno, deixou para Lula a herança de grandes desequilíbrios nas contas externas, finanças públicas e desemprego.

No caso do governo Dilma há que se mencionar a herança calamitosa do governo Lula relativa a questões estruturais importantes. As falhas de modelo e de mercado, herdadas do governo FHC, agravaram-se durante o governo Lula (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). No que se refere à economia, houve tendências estruturais fragilizantes como: desindustrialização, reprimarização das exportações, dependência tecnológica, vulnerabilidade externa estrutural, concentração de capital, dominação financeira, endividamento de empresas e famílias, etc. Ademais, nos campos ético, social, político e institucional houve aprofundamento e a ampliação do sistema patrimonialista e clientelista que gera ineficiência e corrupção (GONÇALVES, 2013, capítulo 4).

O argumento que a conjuntura internacional foi determinante da desastrosa evolução da renda no governo Dilma é falso. No período 2011-16 a economia mundial cresce à taxa média anual de 3,4% (quase igual à taxa média de 3,5% em 1980-2016) enquanto a

²⁶ Entretanto, esse resultado não é muito convincente já que os indicadores que usam dados de estoque e fluxos mostram 4 melhoras e 6 piores, enquanto os indicadores de fluxos apontam 6 melhoras e 5 piores no período entre o final do governo Lula e 2015.

economia brasileira cresce 0,2% (distante da média de 2,4% no período em análise). Portanto, a responsabilidade pode ser quase que integralmente atribuída ao déficit de governança, ou seja, à própria inépcia do governo Dilma, supondo a estabilidade das falhas de mercado e de modelo. A evidência também é conclusiva de que a renda brasileira no governo Dilma tem um desempenho medíocre comparativamente aos outros governos brasileiros (antes e depois de 1980) e ao resto do mundo, ou seja, a economia brasileira “anda para trás” e a responsabilidade pode ser atribuída, fundamentalmente, às falhas de governo.

O fraco desempenho econômico no governo FHC é explicado, na maior parte, por falhas nacionais. Além das falhas de governo (governança etc.) e das falhas de mercado, a adoção do Modelo Liberal Periférico aparece como nova restrição estrutural ao desempenho econômico do país (GONÇALVES, 2003). Os fracassos dos governos Collor e Dilma são explicados, quase que integralmente, por falhas nacionais. No primeiro caso, as falhas de governo são gritantes (FILGUEIRAS, 2000; CARNEIRO, 2002). No segundo caso, as transformações estruturais fragilizantes – herdadas do governo Lula e aquelas próprias ao MLP – também são determinantes ainda que falhas de governo (com destaque para a inépcia e a corrupção) sejam os determinantes fundamentais. Em nenhum dos casos acima, de fraco desempenho ou fracasso rotundo, a conjuntura internacional desempenha papel protagônico. No governo FHC a conjuntura internacional é coadjuvante enquanto nos governos Collor e Dilma ela é figurante. Nesses dois casos o protagonismo das falhas de governo – que geram problemas de governança e governabilidade – provocaram o resultado esperado: crise sistêmica, ou seja, crise ética, econômica, social, política e institucional. Os impedimentos de Collor e Dilma são epifenômenos que não surpreendem.

Entretanto, podemos, com facilidade, listar atenuantes do componente específico das falhas de governo no mandato de Dilma Rousseff que decorrem das heranças maldita do governo FHC e calamitosa do governo Lula:

- 1) Falhas de modelo (Modelo Liberal Periférico) derivadas de transformações estruturais fragilizantes (reprimarização da estrutura de produção, desindustrialização, atraso do sistema nacional de inovações, especialização

regressiva, abertura financeira, vulnerabilidade externa estrutural etc.) que têm origem no governo FHC e se ampliaram e aprofundaram no governo Lula;

- 2) Consolidação e avanço de falhas de mercado (dominação financeira, abuso do poder econômico, concentração do capital, etc.);
- 3) Falhas de governo derivadas de erros e vícios recorrentes na política macroeconômica com destaque para as consequências dos regimes monetário (meta de inflação), cambial (flutuação livre ou mal administrada) e fiscal (desonerações extraordinárias com questionáveis benefícios macroeconômicos) em que se destacam tendências de longo prazo de juros reais elevados, apreciação cambial e déficit fiscal;²⁷
- 4) Falhas de governo (balcanização do aparelho estatal, assistencialismo, clientelismo, patrimonialismo, inépcia, corrupção, sobreendividamento, etc.) que foram aprofundadas e ampliadas no governo Lula.

²⁷ PRATES, CUNHA e LÉLIS (2011, p. 89) destacam duas falhas: grau de abertura financeira (modelo) e apreciação cambial (governo). BRESSER-PEREIRA (2016) enfatiza, como falhas de governo, a política monetária restritiva (juros altos) e a apreciação cambial. Esse autor também chama atenção para a redução da poupança pública (menor investimento público em infraestrutura) e queda do crescimento populacional. A questão da poupança pública é altamente controversa enquanto a questão demográfica não tem sentido. Em países como o Brasil, com grande estoque de desempregados, desalento, desocupação, informalidade estrutural e atraso tecnológico, o afrouxamento significativo da restrição da oferta de mão de obra ocorre via elevação dos salários, *on-the-job training* (curto e médio prazos), investimentos em educação (médio e longo prazos) e importação de tecnologia (progresso técnico não-neutro, i.e., poupador de trabalho). Ou seja, a única variável estrutural focada pelo autoproclamado “macroeconomista estruturalista” não foi restrição ao crescimento brasileiro no passado, não é no presente e não será no horizonte previsível. O artigo de Bresser-Pereira é marcado por um sem-número de *non sequiturs*, erros básicos de microeconomia e macroeconomia, ausência de fundamentação analítica ou empírica para afirmações conclusivas, e “câmbioobsessão” (taxa de câmbio como protagonista no curto, médio e longo prazos e nas questões de estabilização macroeconômica, crescimento e desenvolvimento). A relação entre câmbio e crescimento é altamente controversa (Medeiros e TREBAT, 2016, p. 20-28; UNCTAD, 2016, p. 205-208). Curiosamente, mas não surpreendentemente, esse autor parece ser o “chefe de fila” do mesmo conjunto (pequeno número) de analistas que se destacam pela autoatribuição de diferentes rótulos: novos desenvolvimentistas, macroeconomistas estruturalistas, pós-keynesianos etc.. Coisas do Brasil, coisas do atraso! O número especial de *Serviço Social & Sociedade* (No. 112, out-dez 2012) reúne artigos que identificam liberalismo enraizado, oportunismo, decadência e farsa intelectual no neodesenvolvimentismo.

Entretanto, apesar de receber uma herança calamitosa em termos éticos, sociais, econômicos, políticos e institucionais, o governo Dilma, no lugar da ruptura com essa herança, optou pelo aprofundamento de estruturas, processos, relações e condutas viciadas. Errar, errar de novo, errar pior parece ter sido a diretriz estratégica do governo Dilma.

Quais as implicações para o futuro?

O Brasil precisa reduzir drasticamente as falhas de mercado e de governo. Entretanto, enquanto não houver mudança de modelo o país está condenado à trajetória de instabilidade e crise. Não bastam “reforminhas” na conhecida tradição política brasileira de “conciliação e reforma”. Correções marginais de falhas de mercado (dominação financeira, cartéis etc.) e de falhas de governo (política fiscal, cambial, monetária etc.) são incapazes de tirar o país da atual trajetória de instabilidade. Nem mesmo governantes “virtuosos”, que minimizem os efeitos da inépcia e da corrupção semeadas e colhidas nos governos Lula e Dilma, são capazes de recolocar o país na trilha do desenvolvimento sem mudanças estruturais. Ampliar e aprofundar o Modelo Liberal Periférico aumenta as falhas de modelo, as falhas de mercado e o risco de falhas de governo. Esse risco é evidente nas combinações “bizarras” de regimes monetário (meta de inflação), fiscal (teto de gastos) e cambial (câmbio flexível), processos de privatização “a toque de caixa”, contaminação de agências reguladoras (perdão do pagamento de multas, reajustes de preços e tarifas etc.), reformas focadas no retrocesso de direitos sociais, desmonte do aparelho de Estado, etc.

Eventual aceleração das locomotivas da economia mundial pode até recolocar a economia brasileira nos trilhos, porém, no primeiro “engasgo”, o vagão-Brasil descarrilha mais uma vez. Quando o mundo avança, o Brasil avança menos que o mundo; quando o mundo regride, o Brasil regride mais que o mundo. Assim, a trajetória de instabilidade e crise no longo prazo decorre, fundamentalmente, de falhas endógenas. A questão central da economia brasileira não é a instabilidade do capitalismo globalizante e, sim, a baixa capacidade do país de resistência a fatores desestabilizadores externos. O maior problema do Brasil não é a crise sistêmica no curto prazo causada pelo governo Dilma e, sim, a trajetória de instabilidade permanente no longo prazo se não forem atacadas, simultânea e consistentemente, as falhas de governo, as falhas de mercado e as falhas de modelo.

Ajuste fiscal desastrado e “reforminhas” liberalizantes podem aumentar todas essas falhas.

Bibliografia

- ARAÚJO, Euriton; CARPENA, Luciane; CUNHA, Alexandre B. Brazilian business cycles and growth form 1850 to 2000. *Estudos Econômicos*, vol. 38, No. 3, p. 557-581, 2008.
- BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Internacional. Teoria e Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- BECKFORD, George. *Persistent Poverty. Underdevelopment in Plantation Economies of the Third World*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Brazil's 35 years-old quasi-stagnation: facts and theory. *Texto para Discussão No. 399*, Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/texto-discuss%C3%A3o/15.07-Brasil-quasi-stagnation-TD-399.pdf>. Acesso: 15/11/2016.
- CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo. *A Vulnerabilidade Econômica do Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2005.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CHAUVET, Marcelle. The Brazilian business and growth cycles. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 6, No. 1, p. 75-106, 2002.
- CONTADOR, Claudio. *Ciclos Econômicos e Indicadores de Atividade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.
- DUARTE, Angelo J. Mont'alverne; ISSLER, João Victor; SPACOV, Andrei. Indicadores coincidentes de atividade econômica e uma cronologia de recessões para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 34, n. 1, p. 1-37, 2004.
- DULLIEN, Sebastian. A question of strategy: what characterizes top growth performers? In: UNCTAD. *Rethinking Development Strategies after the Financial Crisis*. Volume II. Genebra: UNCTAD, 2016.

- ELLERY Jr., Roberto; GOMES, Victor. Ciclo de negócios no Brasil durante o século XX: uma comparação com a evidência internacional. *Economia*, v. 6, n. 1, p. 45-66, 2005.
- FIANI, Ronaldo. *Cooperação e Conflito. Instituições e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real. Fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FRANK, Andre Gunder. *The Underdevelopment of Development*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- GONÇALVES, Reinaldo. *A Herança e a Ruptura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às Avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, edição atualizada, 2016.
- GORDON, Robert A. *Business Fluctuations*. New York: Harper & Brothers, 1961.
- HAMBERG, D. *Business Cycles*. New York: The Macmillan, 1951.
- HARDING, Don; PAGAN, Adrian. Synchronization of cycles. *Journal of Econometrics*, Vol. 132, No. 1, May, p. 57-79, 2006.
- HICKMAN, Bert G. International Transmission of Economic Fluctuations and Inflation. In: *International Aspects of Stabilization Policies*, The Federal Reserve Bank of Boston, Conference Series, No. 12. Boston, Mass., p. 201-240, 1974.
- HICKMAN, Bert G; SCHLEICHER, Stefan. The Interdependence of National Economies and the Synchronization of Economic Fluctuations: Evidence from the LINK Project. *Weltwirtschaftliches Archiv*, v. 114, n. 4, p. 642-708, 1978.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MACEWAN, Arthur. Interdependence and instability: Do the levels of output in the advanced capitalist countries increasingly move up and down together? *Review of Radical Political Economics*, Vol. 16(2/3), p. 57-79, 1984.

MACHADO, Luiz Alberto. A economia brasileira e a economia mundial. *Revista Economistas*. Brasília: Conselho Federal de Economia, Ano VII, No. 20, junho, p. p. 24-33, 2016.

MANKIW, N. Gregory. *Princípios de Microeconomia*. São Paulo: Lengage Learning, 2009.

MEDEIROS, Carlos A.; TREBAT, Nicholas. Latin America at a Crossroads: Controversies on Growth, Income Distribution and Structural Change. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, *Texto para Discussão* No. 22, 2016.

MERCADANTE-OLIVA, Aloizio. *Brasil Primeiro Tempo*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

MERCADANTE-OLIVA, Aloizio. *As bases do novo desenvolvimentismo. Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. *Theories of Development. Contentions, Arguments, Alternatives*. Nova York: The Guilford Press, 3rd edition, 2015.

PINTO, Eduardo Costa. O “novo normal” da economia mundial e o Brasil: crise e perspectiva comparada. *Revista Economistas*. Brasília: Conselho Federal de Economia, Ano VII, No. 20, junho, p. 34-39, 2016.

PRATES, Daniela; CUNHA, André M.; LÉLIS, Marcos T. C. O Brasil e a crise financeira global: avaliando os canis de transmissão nas contas externas. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 15, No. 1, p. 62-91, jan-abr 2011.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 3, setembro, p. 47-444, 1949.

ROSIER, Bernard. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris: La Découverte, 1995.

SALVATORE, Dominick. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

- SAMPAIO JR., Plinio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. *The American Economic Review*, vol. 60, No. 2, p. 231-236, 1970.
- SPENCE, Michael *et al.* *The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*. Washington: World Bank, June 2008.
- TAVARES, Maria da Conceição. Entrevista. *Revista Carta Capital*, 25 de dezembro de 2005.
- TOMBOLO, Guilherme; SAMPAIO, Armando V. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. *Revista de Economia*, v. 39, n. 3, p. 181-216, 2013.
- UNCTAD. *Trade and Development Report 2015. Making the international financial architecture work for development*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2015.
- UNCTAD. *Trade and Development Report 2016. Structural transformation for inclusive and sustained growth*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2016.
- WILLIAMSON, John (ed.), *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington DC: Institute for International Economics (IIE), 1990.

ANEXO 1: Testes de estacionariedade

Os testes de estacionariedade foram aplicados sobre a taxa de variação do PIB e a variação do logaritmo natural do PIB. Os testes foram: Augmented Dickey-Fuller; Elliott-Rothenberg-Stock DF-GLS; e Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin. A maioria dos resultados informa estacionariedade das series.

Teste	Taxa de variação do PIB		Variação do LN PIB	
	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo
Dickey-Fuller Aumentado, estatística	-4,957	-4,328	-4,335	-7,400
Níveis críticos: 1% = -3,626 5% = -2,945 10% = -2,611				
Rejeita H ₀ H ₀ : tem raiz unitária (não estacionariedade)	sim	sim	sim	sim
Elliott-Rothenberg-Stock DF-GLS, estatística	-1,825	-3,849	-3,855	-5,796
Níveis críticos: 1% = -2,632 5% = -1,950 10% = -1,611				
Rejeita H ₀ H ₀ : tem raiz unitária (não estacionariedade)	(?)	sim	sim	sim
Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin, estatística	0,077	0,302	0,300	0,391
Não rejeita H ₀ H ₀ : série estacionária	sim	sim	sim	sim
Níveis críticos: 1% = 0,739 5% = 0,463 10% = 0,347				

ANEXO 2: Taxas de variação percentual do PIB real, Brasil e mundo, 1980-2016

	PIB Brasil, taxa var. % (y_b)	PIB Mundo, taxa var. % (y_w)	PIB Brasil, taxa var. % esperada, multiplicador 0,75 (y_{bem})	PIB Brasil, taxa var. % esperada, percentil 40,8 (y_{bep})	Percentil da taxa var. % PIB do Brasil em relação ao mundo	$y_b - y_{bem}$	$y_b - y_{bep}$
1980	9,2	2,1	1,6	2,5	87,8	7,6	6,7
1981	-4,4	1,9	1,4	1,9	10,1	-5,8	-6,3
1982	0,6	0,7	0,5	1,2	36,8	0,1	-0,6
1983	-3,4	2,7	2,0	1,3	14,2	-5,4	-4,7
1984	5,3	4,7	3,5	3,4	66,0	1,8	1,9
1985	7,9	3,8	2,9	2,4	90,3	5	5,5
1986	7,5	3,7	2,7	2,9	84,1	4,8	4,6
1987	3,6	3,9	2,9	2,5	52,4	0,7	1,1
1988	0,3	4,7	3,6	3,3	17,8	-3,3	-3
1989	3,2	3,8	2,9	3,1	41,8	0,3	0,1
1990	-4,2	3,4	2,6	2,4	8,3	-6,8	-6,6
1991	1,0	2,6	2,0	1,8	30,7	-1	-0,8
1992	-0,5	2,3	1,7	1,7	21,9	-2,2	-2,2
1993	4,7	2,1	1,6	1,3	68,9	3,1	3,4
1994	5,3	3,3	2,5	2,8	71,0	2,8	2,5
1995	4,4	3,3	2,5	3,0	58,8	1,9	1,4
1996	2,2	3,9	2,9	3,5	26,0	-0,7	-1,3
1997	3,4	4,1	3,1	3,8	34,5	0,3	-0,4
1998	0,3	2,5	1,9	3,3	16,4	-1,6	-3
1999	0,5	3,6	2,7	2,8	21,7	-2,2	-2,3
2000	4,4	4,8	3,6	3,8	54,4	0,8	0,6
2001	1,4	2,5	1,9	2,4	25,1	-0,5	-1
2002	3,1	2,9	2,2	2,7	44,7	0,9	0,4
2003	1,1	4,3	3,2	3,6	17,5	-2,1	-2,5
2004	5,8	5,4	4,0	4,4	60,3	1,8	1,4
2005	3,2	4,9	3,6	4,2	29,1	-0,4	-1
2006	4,0	5,5	4,1	4,7	29,6	-0,1	-0,7
2007	6,1	5,7	4,2	5,0	51,9	1,9	1,1
2008	5,1	3,0	2,3	3,1	60,3	2,8	2
2009	-0,1	-0,1	0,0	-1,2	47,6	-0,1	1,1
2010	7,5	5,4	4,1	3,3	81,0	3,4	4,2
2011	3,9	4,2	3,2	3,2	48,9	0,7	0,7
2012	1,9	3,5	2,6	2,6	34,9	-0,7	-0,7
2013	3,0	3,3	2,5	2,8	45,5	0,5	0,2
2014	0,1	3,4	2,6	2,5	11,1	-2,5	-2,4
2015	-3,8	3,1	2,3	2,4	5,3	-6,1	-6,2
2016	-3,8	3,2	2,4	2,4	2,6	-6,2	-6,2

Fonte: Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook*, abril 2016. Disponível: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/index.aspx>.